

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO: MESTRADO EM SOCIOLOGIA

JÚLIO JOSÉ TORRES DOS SANTOS

QUALIDADE DE VIDA
E PROCESSO DECISÓRIO ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES:
Estudo de Caso do Assentamento Rural Mansueto de Lavor
na Região do submédio do São Francisco

Recife
2004

JÚLIO JOSÉ TORRES DOS SANTOS

QUALIDADE DE VIDA E
PROCESSO DECISÓRIO ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES:
Estudo de Caso do Assentamento Rural Mansueto de Lavor
na Região do Submédio do São Francisco

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas do Departamento de Ciências Sociais - Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Eliane Maria Monteiro da Fonte

Recife
2004

Santos, Júlio José Torres dos

Qualidade de vida e processo decisório entre agricultores familiares:
estudo de caso do Assentamento Mansueto de Lavor na região do submédio
do São Francisco / Júlio José Torres dos Santos. - Recife, 2004

f.118 : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. 2004

Orientadora: Profª Drª Eliane Maria Monteiro da Fonte

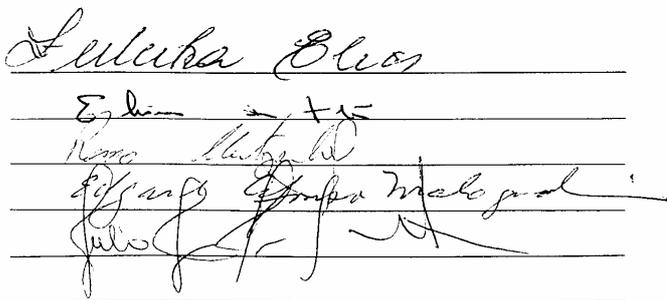
Bibliografia

1. Sociologia rural. I. Universidade Federal de Pernambuco

CDD 307.72

Ata da Sessão de Arguição de Defesa de Dissertação de JÚLIO JOSÉ TORRES DOS SANTOS, do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatro, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da Comissão designada para o **Exame da Dissertação de Mestrado de JÚLIO JOSÉ TORRES DOS SANTOS**, intitulada: "*QUALIDADE DE VIDA E O PROCESSO DECISÓRIO ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES: estudo de Caso do Assentamento rural Mansueto de Lavor na Região do submédio São Francisco*". A Comissão foi composta pelos Professores: **Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte - Presidente/orientadora; Dr. Remo Mutzenberg - Titular Interno PPGS; Dr. Edgard Malagodi – titular Externo – UFCG**, Dando início aos trabalhos a Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida passou a palavra ao autor da Dissertação, para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa do candidato. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornar a Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte, presidente da mesa e orientadora do candidato, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão **aprovando a Dissertação por unanimidade**. E nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 29 de outubro de 2004.


The image shows four handwritten signatures on a set of horizontal lines. From top to bottom, the signatures are: 1. A cursive signature that appears to be 'Eliane Maria Monteiro da Fonte'. 2. A signature that appears to be 'Remo Mutzenberg'. 3. A signature that appears to be 'Edgard Malagodi'. 4. A signature that appears to be 'Julio Jose Torres dos Santos'.

A Deus, razão precípua de minha existência.

A meus pais, Ivonete e José Batista (*i.m.*), por tudo que fizeram e fazem por mim.

A minha esposa, Maja, pelo estímulo constante.

A meus amigos e companheiros, Aidran, Cícero, Getúlio e Lúcia Marisy, pela prestimosa colaboração.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a elaboração desta dissertação, e, de modo especial, à Prof^ª Dr^ª Eliane Maria Monteiro da Fonte, pelo incentivo constante e pela segura orientação.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar a qualidade de vida dos agricultores familiares do Assentamento Senador Mansueto de Lavor, tomando-se como referência para este estudo os indicadores educação, renda, saúde, habitação e uso de tecnologia, na perspectiva de desenvolvimento sustentável.

A escolha deste caso deveu-se ao fato de ser aquele o primeiro assentamento da reforma agrária na região do submédio São Francisco a se instalar em área irrigada. Esta área foi distribuída entre cem famílias do movimento de ocupação organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina - STR e Federação dos Trabalhadores Agrícolas de Pernambuco - FETAP, com o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. Da área total de 714,8603 ha, apenas 50 ha - dentre 300 irrigáveis - encontram-se ocupados com culturas perenes e temporárias, o que significa 16,66% de toda área ocupada.

A hipótese com a qual se trabalhou, mais precisamente a de que a qualidade de vida dos agricultores do referido assentamento melhorou, se comparada com as suas condições anteriores de trabalhadores sem terra e sem ocupação remunerada foi confirmada, muito embora a sua situação econômica e social, confrontada com a de outros agricultores que trabalham em áreas irrigadas em condições semelhantes, no tocante ao tamanho da gleba, tipo de solo e sistema de irrigação, seja inferior quanto à produção e produtividade, renda e acesso ao sistema de crédito e uso das inovações tecnológicas.

As informações coletadas, através de entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos envolvidos, conduzem à conclusão de que o apoucado sucesso dos agricultores está diretamente relacionado à baixa escolaridade, que os impede de compreender o que é ser agricultor hoje. No mercado altamente competitivo, não basta tão-somente produzir bem, mas, sobretudo, atender às exigências de compradores potenciais, gerando assim o diferencial que os pode colocar em posição favorável na sociedade globalizada. A esse componente somam-se outros, como a falta de acesso ao crédito bancário na época oportuna e o baixo uso de tecnologias disponíveis apropriadas à pequena produção.

Palavras-chaves: Qualidade de vida. Agricultura familiar. Reforma agrária. Assentamento rural.

ABSTRACT

This research aims to analyze the quality of life of the family agriculturist in the "Settlement Senador Mansueto de Lavor", taking as reference for this study the components: education, income, health, housing and technology, in the perspective of a sustainable development.

The choice of this case is due to the fact that this rural settlement was the first to in the land reform program in the sub-medium São Francisco to be set up in an irrigated area. This area has been distributed amongst 100 families of the movement of occupation organized by the Union of Petrolina Agriculture Workers (STR), and the State of Pernambuco Agriculture Federation of Workers; with the support of the National Confederation of Workers in Agriculture (CONTAG). Out of the total area of 714,8603 ha, only 50 ha amongst 300 ha irrigatable is occupied with perennial and temporary cultures, which represents only 16.66% of the whole area.

The hypothesis worked, i.e. that the life quality of the agriculturists in hereinabove mentioned settlement has been improved if compared to their former condition of landless and moneyless workers was confirmed, although their economic and social situation when confronted with other's agriculturists that work irrigated areas in similar conditions, with regard to the size of the glebe, kind of soil and system of irrigation, is inferior as to production and productivity, income and access to credit and the use of technological innovations.

The information collected through semi-structured interviews with subject involved lead us to the conclusion that the reduced success of agriculturists is directly

related to the low educational level which prevents them from understanding the meaning of being an agriculturist nowadays. In a highly competitive market it is not enough to produce well, but above all to meet potential buyers demand, thus generating a positive differential which can put them in a propitious situation within a globalized society. To this component we must add others, such as lack of access to banking finance in due time and the low use of available technologies suitable to small production.

Key-words: Quality of life. Family agriculture. Land reform. Rural settlement.

SUMÁRIO	Páginas
Resumo	vii
Abstract	ix
Lista de gráficos	xii
Lista de ilustrações	xiii
Lista de tabelas	xiv
Lista de abreviaturas e siglas	xv
Introdução	17
Capítulo I. Peculiaridades do agricultor e da economia familiar	27
Capítulo II. A reforma agrária como questão nacional e regional	40
Seção I. O período republicano	47
Seção II. A reforma agrária no submédio São Francisco	54
Capítulo III. Qualidade de vida e desenvolvimento agrícola	59
Principais conclusões	100
Referências bibliográficas	106
Anexos	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Percentual de assentados que possuem telefones próprios	63
Gráfico 2	- Distribuição da frequência alimentar dos assentados	68
Gráfico 3	- Nível de escolaridade dos assentados	72
Gráfico 4	- Nível de escolaridade dos dependentes	73
Gráfico 5	- Faixa etária dos dependentes	73
Gráfico 6	- Uso de inovações tecnológicas	75
Gráfico 7	- Percentual de assentados que alugam mão-de-obra.....	76
Gráfico 8	- Distribuição de níveis de renda.....	83
Gráfico 9	- Distribuição de frequência de assentados que recebem crédito agrícola	85
Gráfico 10	- Distribuição de profissões e ocupações	90
Gráfico 11	- Distribuição de frequência do estado civil dos assentados	91
Gráfico 12	- Nível de mecanização agrícola	98

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1	- Moradia de taipa dos agricultores sem terra	65
Foto 2	- Moradia atual dos agricultores assentados	65
Foto 3	- Produto colhido para consumo	86
Foto 4	- Um dos pivôs centrais que existia no assentamento	92
Foto 5	- Cemitério de embalagens tóxicas	95
Foto 6	- Trator e forrageira comunitários do assentamento	96
Foto 7	- Implementos agrícolas comunitários do assentamento.....	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Assentamentos da reforma agrária na microrregião de Petrolina-PE.....	58
Tabela 2	- Ração diária essencial mínima por pessoa.....	69
Tabela 3	- Distribuição de freqüência da composição familiar dos entrevistados no assentamento por faixa etária, em números e percentuais.	78
Tabela 4	- Distribuição de freqüência da composição familiar dos entrevistados no assentamento por grau de parentesco, em números e percentuais.....	78
Tabela 5	- Renda média por estabelecimento de categorias familiares por tipo de renda nos assentamentos da reforma agrária	84
Tabela 6	- Precipitação pluviométrica média acumulada, média histórica, desvios absolutos e relativos ao período de janeiro a março de 2004, nas microrregiões de Pernambuco	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRA	- Associação Brasileira de Reforma Agrária
CEF	- Caixa Econômica Federal
CODEVASF	- Cia. de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba
CONTAG	- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COPAGEO	- Cooperativa dos Profissionais em Atividades Gerais
CPATSA	- Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ETR	- Estatuto do Trabalhador Rural
FAO	- Organização para Alimentação e Agricultura (ONU)
FAPEMIG	- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FETAPE	- Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco
GERA	- Grupo Interministerial de Trabalho sobre a Reforma Agrária
IBAD	- Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBRA	- Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano - ONU
IDH-M	- Índice de Desenvolvimento Humano (Municipal) - PNUD
INCRA	- Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária
INDA	- Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPES	- Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
ITE	- Instituto Tecnológico de Pernambuco
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OECD	- Organização para Cooperação e Desenvolvimento

OMS	- Organização Mundial da Saúde
ONU	- Organização das Nações Unidas
PC	- Partido Comunista
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRORURAL	- Programa de Fomento ao Pequeno Produtor Rural
PROTERRA	- Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
RECAT	- Rede de Cooperativa Técnica
SIAB	- Sistema de Informação de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Petrolina
STR	- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina
SUDENE	- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA	- Superintendência da Política Agrária
TDA	- Título da Dívida Agrária
UDN	- União Democrática Nacional
UDR	- União Democrática Ruralista
ULTAB	- União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetivou analisar a qualidade de vida dos agricultores familiares do Assentamento Senador Mansueto de Lavor¹, tomando-se como referência para o estudo os indicadores educação, renda, saúde, habitação e uso de tecnologia, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, aqui compreendido como "*[...] processo total, multirrelacional e que inclui todos os aspectos de vida de uma coletividade, da sua relação com o resto do mundo e de sua própria consciência.*" (UNESCO : 1998)

O território escolhido como estudo de caso decorreu do fato de ter sido este o primeiro assentamento de reforma agrária a ser instalado em área irrigável na região, já se encontrando "emancipado" pelo INCRA. Os olhares focaram-se no resgate da história de vida dos agricultores nos períodos anterior e posterior ao processo de implantação do assentamento, bem como sua inserção na luta geral pela conquista da terra.

Investigou-se, também, o modo como eles se envolveram nessa luta, e, principalmente, quais os motivos que os moveram nesse engajamento; o que construíram após ganharem a posse da terra; em que o acesso à posse da terra os afetou no tocante à sua qualidade de vida (a partir dos componentes de renda, educação, saúde, habitação e tecnologia); e se eles conseguiram assumir a condição da autonomia em relação ao Estado, e como se relacionam com as entidades de apoio à reforma agrária e aos agentes ligados à assistência técnica.

A hipótese trabalhada foi a de que a conquista da terra melhorou a qualidade de vida dos agricultores do assentamento, se considerada sua situação anterior de trabalhador sem terra e sem ocupação assalariada.

¹ O homenageado foi o primeiro advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina, e dos demais STRs da Região. Foi deputado estadual, deputado federal e senador da República, sempre com o apoio das entidades ligadas à luta dos agricultores, e comprometido com a Reforma Agrária.

O assentamento encontra-se localizado na zona rural de Petrolina, próximo ao Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido da EMBRAPA, distante 40 km do centro do município, à margem esquerda do rio São Francisco, no sertão pernambucano.

Trata-se de um assentamento que teve início em 1999, com a primeira invasão na área de sementes básicas da EMBRAPA, fato ocorrido em 14 de maio daquele ano. Em 17 do mesmo mês a área foi desocupada por ordem judicial na Ação de Reintegração de Posse movida pela EMBRAPA, perante a Justiça Federal em Petrolina. Em 17 de junho, os agricultores promoveram nova invasão, contando naquela oportunidade com o apoio do STR e da FETAPE. Esse evento obrigou o INCRA a fazer gestões no sentido de incluir a referida área nas prioridades de assentamento, o que veio a ocorrer com a expedição de decreto governamental datado de 29 de novembro de 1999. A imissão de posse, com a consequente adjudicação da área, só veio a ocorrer em 11 de abril de 2000, e a criação do projeto concretizada através da Portaria nº 07, de 24 de maio de 2000².

Os invasores são provenientes de vários estados nordestinos e até mesmo da região sudeste, atraídos pela possibilidade de arranjar trabalho na região de Petrolina, decantada como a "Califórnia brasileira". Suas origens campesinas levaram-lhes a criar inicialmente uma associação de agricultores no vizinho município de Lagoa Grande, com a finalidade de receberem recursos financeiros do PRORURAL da extinta SUDENE.

Após divergirem do MST quanto aos métodos de luta empreendidos na conquista da terra, criaram uma associação de pequenos produtores agrícolas e tentaram adquirir glebas na região através do Programa "Cédula da Terra". Não tendo sido encontrada área suficientemente grande para assentar as mais de 300 famílias de

² Fonte INCRA / Superintendência Regional do São Francisco – SR/E – Petrolina – PE. (documentos oficiais)

agricultores ligados à associação, decidiram ocupar a Área de Sementes Básicas da EMBRAPA, solicitando para tanto o apoio do STR/FETAPE. Concretizada a ocupação da área e feita a seleção, apenas 100 famílias permaneceram no local, enquanto as demais partiram para outras ocupações que ocorreriam na região, a exemplo dos assentamentos José Ramos, Alto da Areia, Mandacaru e 1º de Maio. Em seguida, os ocupantes do assentamento extinguiram a associação originariamente criada em Lagoa Grande, e constituíram formalmente a "Associação dos Agricultores do Assentamento Senador Mansueto de Lavor".

A maior parte dos agricultores chegou à região estimulada pelo fato de os municípios ali localizados exportarem grandes quantidades de frutas para mercados internacionais, na crença de que com isso obteriam facilmente emprego e renda. Isso na realidade não ocorre, pois os trabalhadores rurais somente são contratados em regime de emprego temporário, e mesmo assim durante o período de colheita. Ao terminar esta, os contratos são automaticamente rescindidos, passando os trabalhadores a perambular pela periferia das cidades e a se submeter à prestação de serviços temporários, na qualidade de trabalhadores avulsos.

Como eles dificilmente dispõem de recursos financeiros para retornar às suas cidades de origem, via de regra, eles se agrupam para discutir o engajamento em movimentos pela conquista da terra. No caso específico, motivou-os a entrar na luta o sonho de inclusão social, materializado com a conquista definitiva da terra e as possibilidades de progresso que se lhes apresentavam a partir de então. Este foi o motivo principal para ocupação da área onde se encontram assentados. Registre-se, também, o fato de que as ocupações diminuíram na região, por força da legislação que impede o INCRA de vistoriar e desapropriar áreas já ocupadas, conforme determina a Lei nº 8.629/93, e regulamentação posterior.

A conquista fundamental dos agricultores do assentamento foi, sem sombra de qualquer dúvida, a gleba. Cada parceleiro detém 4,6 ha de área irrigável, em um total de 7,14 ha. A desapropriação da área custou aos cofres públicos R\$ 326.623,15 pelo pagamento de benfeitorias não reprodutivas, através da ordem bancária 26/2000. Para o pagamento da indenização pela terra nua, foram despendidos R\$ 601.641,58 em TDA.

Outra importantíssima conquista foi a construção, em cada parcela, de moradia em alvenaria, dotada de energia elétrica, o que os livrou do pagamento de aluguel. Para esta finalidade, o INCRA liberou crédito habitação em dezembro do ano 2000, no valor de R\$ 2.500,00 para cada família de assentados, totalizando R\$ 250.000,00, através do Convênio CEF/INCRA.

Para apoio à instalação das famílias de agricultores assentados, o INCRA disponibilizou em agosto do ano 2000, R\$ 1.400,00, totalizando R\$ 140.000,00. Estes foram os recursos que permitiram a manutenção das famílias durante o período de um ano. A rede de energia elétrica foi instalada pelo Município de Petrolina, através da Secretaria Municipal de Obras, sem que o INCRA tivesse tido qualquer despesa.

O assentamento, como já dito, possui 714,8603 ha distribuídos entre 100 famílias oriundas do movimento de ocupação organizado pelo STR/FETAPE/CONTAG. Desse total, apenas 50 ha - dentre 300 irrigáveis - estão sendo ocupados por culturas perenes e temporárias à base de irrigação, o que significa, no entanto, 16,66% do total da área ocupada, com a subutilização da área restante.

Estudos realizados pelo CPATSA comprovam que nos municípios do submédio São Francisco, o qual abrange a área estudada, os solos são do tipo podzólico vermelho-amarelo distrófico, cambsolos brunos não-cálcicos, areia quartzosa, latsolos vermelho-amarelo, aluviais vertsolos e planosolos solódicos (não predominantes). Estes tipos de solo são adequados ao desenvolvimento de fruticultura

(uva, manga, coco, acerola, goiaba, melão, melancia, etc.), proporcionando índices elevados de produtividade.

Entretanto, a utilização dos solos para a agricultura irrigada é de tão-somente 220.000 ha - embora se possa chegar com facilidade a 800.000 ha. Este mesmo centro de pesquisa possui, em estoque, uma diversidade de metodologias de processo agropecuário e tecnologias de baixo custo desenvolvidas e direcionadas ao semi-árido nordestino, o que poderia de logo potencializar a agricultura familiar nesta região.

A irrigação no assentamento é feita pelo sistema de aspersão da água captada no rio São Francisco, utilizando-se do sistema de canais implantados pelo CPATSA. O assentamento possuía três modernos e caros sistemas de irrigação de pivôs centrais, os quais, no entanto, por decisão coletiva, foram vendidos a terceiros e, com os recursos obtidos, adquiriram equipamentos individuais de irrigação (motobombas elétricas, tubulações, aspersores, etc.).

A propósito dessa decisão tomada, admite-se hoje a hipótese de que os assentados decidiram vendê-los com o propósito de não abrir mão da autonomia administrativa das glebas individuais, embora tenha pesado igualmente na decisão a falta de recursos para viabilizar o funcionamento e a manutenção daqueles sofisticados e onerosos equipamentos.

As culturas que regular ou esporadicamente são produzidas no assentamento são feijão, milho, melancia, banana, algodão e capim; entretanto, no período pesquisado, verificou-se que, em decorrência da adversidade climática, não houve excedente comercializável.

Recentemente os assentados receberam recursos individuais do PRONAF "A", na ordem de R\$ 15.000,00, para investimento em sistemas de bombeamento de água para utilização no plantio de fruticultura (manga, goiaba e acerola), na pecuária

(caprinos e ovinos) e para a assistência técnica, na ordem de 30% do valor do financiamento. A assistência técnica é prestada pela RECAT, entidade cooperativa composta de um engenheiro agrônomo, dois técnicos agrícolas, dois supervisores, um coordenador e um fiscal do banco.

Esses técnicos orientam os agricultores assentados na obtenção de crédito agrícola, na utilização de tecnologias avançadas e na comercialização da produção. O valor total do financiamento previsto no Convênio Ministério da Agricultura/INCRA/Associação dos Produtores do Assentamento Mansueto de Lavor, intermediado pelo Banco do Brasil S/A, é de R\$ 150.000,00.

Outra importante reivindicação dos agricultores junto ao Poder Público Municipal é a pavimentação de 10 km de estrada, a qual servirá para o escoamento da produção agropecuária.

A construção de uma escola de ensino pré-escolar e fundamental, por outro lado, possibilitou a matrícula de 192 alunos em sete turmas: três turmas no turno da manhã, de alfabetização multisseriada, com 61 alunos; quatro turmas no turno da tarde, de alfabetização multisseriada, com 102 alunos; e uma turma no turno da noite, de educação de jovens e adultos, com 29 alunos³. No que se refere à alfabetização de jovens e adultos, não foi possível aferir resultados, pois o período mínimo sugerido pela pedagogia para tal é de dez meses, ao passo que a pesquisa de campo teve a duração de apenas três meses. Outra sensível reivindicação dos agricultores é a construção de uma creche para atender às mães da comunidade.

Os assentados ressentem-se de falta de água potável e de saneamento básico. Embora tenham recebido promessa da Prefeitura Municipal de Petrolina de que irá executar o saneamento básico, este ainda não foi construído. Sabe-se, no entanto, que o INCRA já dispõe de dotação orçamentária na sua reprogramação operacional

³ Fonte: Secretaria de Educação do Município de Petrolina-PE. (documentos oficiais)

para o exercício de 2004, na ordem de R\$ 115.000,00, para a construção de uma adutora para o abastecimento de água, e R\$ 20.000,00 para o sistema simplificado de distribuição de água.⁴

Esses agricultores e seus familiares que, em virtude do engajamento na luta pela posse da terra, instalaram-se no assentamento, tiveram suas vidas modificadas. Hoje, eles têm um projeto de vida concreto, no qual se inclui a posse da terra para trabalhar, além de renda e moradia, ou seja, dignidade e boas perspectivas em relação ao futuro.

A escolha deste caso para estudo deveu-se ao fato de ter sido este o primeiro projeto de assentamento implantado na região do submédio São Francisco a trabalhar com o sistema de culturas irrigadas. O objeto desta investigação foi identificar o tipo de agricultor gerado no referido assentamento, o impacto da assistência técnica em seu processo de organização e desenvolvimento.

Buscou-se com esse estudo estabelecer uma classificação que hierarquize os fatores que limitam o desenvolvimento da agricultura familiar neste assentamento e em outros da região. Sua importância firma-se na possibilidade de aportar elementos a novas discussões sobre políticas de reforma agrária e os assentamentos localizados na área, de modo a contribuir para elaboração de projetos e programas públicos nas esferas federal, estadual e municipal.

Com esta pesquisa, buscou-se, também, compreender as manifestações de desenvolvimento expressas no território estudado e sua relação com a incorporação de conhecimentos sobre o ser agricultor, aqui subentendido como portador de identidade própria, que se define por uma cultura e um modo de vida essencialmente camponês e que, ademais, coloca a produção de bens a serviço de um projeto social. Optou-se por este estudo de caso, em virtude de se tratar de investigação empírica que buscou

⁴ Fonte: Relatório Global da Reprogramação Operacional 2004 - INCRA (documentos oficiais).

informações detalhadas de um fenômeno em sua situação contemporânea e contextualizadas na vida real. Para alcançar os objetivos desta pesquisa, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos:

- 1) Entrevistas de questões estruturadas fechadas e semi-estruturadas com questões abertas, com uso de formulário, abrangendo os agricultores do assentamento, bem como entrevista de técnicos de extensão e do desenvolvimento local com gravador.
- 2) Análise de documentos oficiais.
- 3) Interpretação dos dados coletados à luz do referencial teórico sobre:
 - Reforma agrária;
 - Processo de ocupação de terra na região objeto do estudo;
 - Agricultura familiar;
 - Qualidade de vida;

No período de fevereiro a abril de 2004, realizou-se a pesquisa de campo, mediante a aplicação de questionários com questões fechadas e semi-estruturadas a uma amostra de agricultores do assentamento, com o propósito de se coletar dados relativos à qualidade de vida, que foi mensurada através dos componentes: renda, educação, saúde e habitação. Na análise do processo decisório, foram consideradas tecnologia e forma de gestão da unidade produtiva. Também foram realizadas entrevistas com questões semi-estruturadas aplicadas aos técnicos de extensão e do desenvolvimento local.

A seleção da amostra dos agricultores do assentamento, aos quais foram aplicados os questionários, foi aleatória, tomando-se por base 50% do total da população objeto de análise, isto é, cinquenta agricultores familiares (identificados como chefes da família), através de sorteio entre os integrantes da lista dos assentados cadastrados como titulares dos lotes, assegurando-se assim a representatividade do assentamento. Os dados obtidos foram processados usando-se o *software SPSS – Statistical Package for Social Science*.

O trabalho encontra-se organizado em quatro capítulos. No capítulo I, buscou-se caracterizar o agricultor familiar, a partir dos principais teóricos do assunto, destacando-se as particularidades dessa categoria e da economia por ela gerada, com ênfase nos assentamentos de reforma agrária, por ser este espaço uma conquista coletiva da terra.

No capítulo II, intitulado "A luta pela terra", resgatou-se a história da busca dos trabalhadores pela terra no Brasil; suas principais conquistas e revezes; o sistema produtivo colonial e o papel da coroa inglesa no combate ao tráfico de escravos; no subtítulo "Período republicano", resgata-se a organização dos agricultores em sindicatos, com destaque para a atuação das ligas camponesas no nordeste, bem como a intervenção do regime militar iniciado em 1964 nessas organizações, quando centenas de nordestinos foram transferidas para ocuparem terras na Amazônia, sob a égide da ideologia da segurança nacional.

Disso resultou o enfraquecimento dos trabalhadores e suas organizações, e no fortalecimento dos grupos econômicos que controlavam o sistema de colonização, já que nesses espaços não houve efetivamente reforma agrária, trazendo como consequência o surgimento do MST com a proposta de construção de um projeto sociocultural de transformação da realidade do campo. No subtítulo "A reforma agrária no submédio São Francisco", discute-se, além do tema da reforma agrária, o processo de ocupação da terra no município de Petrolina.

O capítulo III analisou em detalhes a forma como vivem, trabalham e se inserem, no contexto do desenvolvimento agropecuário local, os 50 entrevistados da amostra para a pesquisa, destacando-se o processo dos seus envolvimento na luta pela terra e as suas motivações, bem como a conquista da habitação, o estágio atual de alimentação, saúde e moradia, suas respectivas escolaridades e reflexos no sistema produtivo, além da renda, uso de inovações tecnológicas, seus acessos ao sistema de

crédito, nível de organização social e político, o tipo de apoio técnico disponível e, finalmente, a existência de capital social.

Nessa perspectiva, tentou-se estabelecer relações entre a qualidade de vida atual dos assentados, a partir dos componentes: renda, educação, saúde, habitação e tecnologia, no confronto com as suas anteriores condições de vida e de trabalho, analisando-se qual a percepção dos assentados sobre mudanças ocorridas.

As principais conclusões são apresentadas no capítulo final. A análise dos dados indica que os agricultores do assentamento, com a aquisição da posse da terra, apresentam-se em situação social melhor que aquela de trabalhador sem terra, sem ocupação remunerada e sem habitação, embora tenha sido constatado que ainda se encontram com um nível de produção e de produtividade inferior às projeções feitas pelos especialistas, para agricultura em área irrigada.

CAPÍTULO I. PECULIARIDADES DO AGRICULTOR E DA ECONOMIA FAMILIAR

Neste capítulo, buscou-se o significado do agricultor familiar, a partir dos principais teóricos do assunto, destacando-se as particularidades desta categoria social e a economia por ela gerada, com ênfase na renda, na empresa familiar e nos assentamentos da reforma agrária. Relevam-se, ademais, as contribuições desses teóricos no tocante à consolidação da reforma agrária, as relações sociais construídas a partir dessas conquistas, por ser este espaço resultante de uma conquista coletiva. Constatou-se, finalmente, a reflexão do papel da sociologia no contexto de lutas pela melhora da qualidade de vida, a partir de indicadores de desenvolvimento.

O significado do ser camponês é resgatado por Abramovay (1992, p. 108), citando os teóricos Redfield (1956/1960), Firth (1996), Chayanov (1995/1996) e Tepicht (1973). Redfield assim o descreve:

"[...] sua agricultura está voltada para a manutenção e é um modo de vida e não um negócio visando lucro [...]. Vê-se um camponês como um homem que tem o controle efetivo de um pedaço de terra, no qual se encontra ligado há muito tempo por laços de tradição e sentimento."

O camponês é *"um sujeito criando sua própria existência"* (Chayanov, apud Abramovay, 1992). Cabe, ademais, indagar qual seria a lei básica que regula a existência de vida camponesa. Segundo o autor, aquela se resume na expressão *"balanço entre trabalho e consumo"*. Nesta concepção, em um estabelecimento camponês o critério da maximização da utilidade não é, como em qualquer empresa capitalista, o de obtenção da maior lucratividade, pois *"o uso do trabalho camponês é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares."* (Abramovay, 1992).

Na mesma direção, Firth (apud Abramovay, 1992, p. 110) afirma:

"Trabalho familiar é um conceito apenas de certa forma econômico, porque os laços que unem os membros da família num trabalho cooperativo não podem ser compreendidos em termos de seus interesses econômicos comuns na produção e em seus resultados."

Firth define a economia camponesa como aquela:

"[...] que liga compradores e consumidores, na alocação de recursos e alocação de produtos na rede de laços que são mais pessoais, mais diretamente perceptíveis do que seria numa economia complexa, desenvolvida." (apud Abramovay, 1992, p. 110)

Chayanov identifica a particularidade da economia camponesa tomando por base o equilíbrio entre necessidade de consumo e capacidade de produção, e entende que o objetivo da economia camponesa é a sobrevivência alcançada através da estratégia de mais trabalho, ao invés de simplesmente perseguir o lucro racional capitalista. Ele considera que a agricultura não é ocupação, mas combinação de tarefas em que o membro é, além de tudo, agricultor, carpinteiro, etc.

Destacou Chayanov que "*renda familiar*" é um todo indivisível verificável após um ano de trabalho e esforço coletivo, e resulta de um processo de reprodução familiar, cujo complexo é o empreendimento, ou empresa familiar, que se distingue sobremaneira da empresa capitalista.

Wanderley (1989, p. 3) informa o modo de organização, sua natureza econômica e a fonte do trabalho que aciona o capital nessa categoria específica:

"[...] a empresa familiar não se organiza sobre a base da extração e apropriação do trabalho alheio, de mais valia. A fonte do trabalho que aciona o capital envolvido no processo de produção é o próprio proprietário dos meios de produção."

Por outro lado, como diz Lipton (1968), "*o agricultor familiar é um maximizador não de lucros, mas de oportunidade de sobrevivência*". Agricultor

familiar é aqui concebido no sentido proposto por Santos (1978) e Martins (1975) como sendo a personificação de forma de produção simples de mercadorias. Nessa concepção, ele detém a propriedade dos meios de produção (terra mais insumos de trabalho), trabalha com esses meios e adota uma estratégia econômica que combina a produção direta dos meios de vida e a produção programada de excedentes comercializáveis.

Costa (1994) demonstra que a economia camponesa é capaz de se constituir na via alternativa para o desenvolvimento sustentável. Segundo este autor, *"esta forma de produção vem reordenando a base produtiva, substituindo as culturas temporárias pelas permanentes e diversificando os plantios, como forma de adaptar-se às exigências atuais"*. Como se depreende de suas observações, trata-se de *"uma tomada de consciência resultante de aprendizagens de competências acumuladas empiricamente em interação com o ambiente do qual se tem tirado vantagens"*.

Essas definições, embora necessárias, não são suficientes para esgotar o universo temático do mundo rural, pois, como pensar a questão da reforma agrária sem compreender as dimensões e significados dos assentamentos, seus atores, suas disputas, parcerias celebradas no espaço e no tempo em que ocorrem as lutas pelo acesso a terra. Reforma agrária é processo que se concretiza através dos assentamentos e democratiza a propriedade rural, sem impedir que *"[...] novos sujeitos políticos e novos sistemas de legitimação de dominação e de legitimidade burguesa vão sendo construídos com velhos atores e estruturas"* (Bruno, 1997).

Referindo-se aos assentamentos de reforma agrária, Furtado e Furtado (1998, p. 56) assim os conceituam, citando Jara:

"[...] o 'assentamento é uma complexidade, uma especificidade de integração social, uma forma multiforme que incorpora, na mesma figura social, uma conquista coletiva, um pequeno patrimônio produtivo diferenciado e, também, uma instituição tutelada e burocratizada que, com muita frequência resiste à emancipação'. São comunidades de agricultores construídas

nos processos de luta pela terra e também de organizações formais, associações ou cooperativas, seus instrumentos de negociação com o poder."

Antecede à implantação dos assentamentos a organização política dos interessados que identifica a área a ser disputada, "*seguida pela busca no interior do Estado das melhores alternativas para a satisfação de suas demandas*" (Bergamasco, 1999). Posteriormente, procede-se à ocupação da área com a organização do assentamento e a luta pela posse da terra e sua regularização fundiária, muito rica de experiências e aprendizagens. O assentamento de reforma agrária, como acentua Ferreira *et al* (199): "*é um processo em curso repleto de fatores positivos e limitações que coloca, no plano social, político, econômico e ambiental, possibilidades de êxito da produção familiar no campo*".

A luta pela consolidação da conquista da terra implica em construção de alianças políticas que perpassam o poder local, atingindo suas demais esferas, qualificando o assentado, por intermédio de suas lideranças, em um legítimo ator político. O sindicato, por via de regra, como ressalta Lopes (1999) "*[...] assume num primeiro momento a liderança do processo de mobilização e organização dos trabalhadores rurais na luta pela terra, envolvendo-se diretamente nas ocupações de terra e atuando como principal mediador entre os sem terras e o governo*".

As mobilizações sociais pela conquista da terra ocorrem, segundo Neves (1997, p. 392), dentro de um jogo de:

"[...] promessas que, se não são cumpridas, atuam contra a autoridade que estimula o jogo. Promessas que se perdidas nos escaninhos e protocolos, não redundam apenas em desconfianças e descrenças, mas em possibilidade de exclusão do controle do posto e do cargo".

As promessas não cumpridas fazem parte da estratégia da burocracia governamental de "*administrar os conflitos sociais*". Este método deriva de uma cultura acomodaticia que não se envolve verdadeiramente na a solução dos problemas.

O INCRA, a título de exemplo, quer por seus quadros em sua maioria em vias de se aposentar, quer por dificuldades operacionais ou por contingenciamento de verbas públicas orçamentárias, não tem tido a necessária mobilidade para atender às demandas dos atores sociais envolvidos em tais conflitos. O não atendimento dessas demandas ocasiona freqüentes ocupações de prédios do referido órgão. Nesse universo de conflitos e mobilizações, o Sindicato e/ou o MST personalizam o novo sistema de autoridade que expõe as contradições dessas promessas governamentais. Qualquer decisão ou ordem dirigida aos trabalhadores rurais só é acatada por eles após referendo dos dirigentes sindicais.

Neves (1997) adverte que a análise do processo de assentamento e das relações entre mediadores e mediados deve levar em consideração a diversidade de posições que foram construídas. Essa diversidade contempla as próprias lutas internas entre os candidatos ao assentamento, pois a terra a ser conquistada não atenderá a todos os envolvidos na invasão, advindo a conseqüente "exclusão" de parte dos envolvidos, em decorrência de a área a ser parcelada ter que obedecer às regras do módulo rural mínimo. Para os que recebem lotes, todavia, vislumbra-se um horizonte de esperanças e sonhos, onde as novas condições oferecidas implicam em inserção e possibilidade de ascensão social.

A conquista da terra e a construção da casa significam a materialização de um novo "projeto de vida" e de pertencimento a uma nova realidade, representada pelo assentamento rural. A imagem da casa relaciona-se a diversos fatores, a exemplo de segurança e proteção familiar, mesmo que a "casa", inicialmente, seja apenas de pau-a-pique ou um toldo lonado e algumas forquilhas de madeira; às vezes, é até mesmo "materiais de construção" que servem de abrigo provisório para o assentado e sua pobre família. Transportar a "casa", à "maneira do caramujo", conforme acentua Silva (2003, p. 34):

"[...] pressupõe uma relação indissolúvel entre o material e o simbólico das estruturas espaciais e temporais; passado, presente e futuro se amalgamam na figuração da casa fincada na terra, no pedaço de chão que sempre fez parte das estruturas do desejo e da utopia; a propriedade da casa como destinação social".

A dura experiência de viver sob uma "casa" de lona e/ou de taipa no interior da mata só é suportada por quem realmente precisa de terra para "morar e trabalhar" como um "ideal" (Wanderley, 2003), refletindo a verdadeira vocação para o trabalho rural. Ainda segundo Wanderley, essas são as motivações que encorajam aquelas pessoas a tentar conseguir um pedacinho de terra.

É plausível que a ação dos assentados seja eficaz na luta contra a pobreza, o desemprego e a exclusão social, por lhes permitir serem incluídos no setor primário. Como se sabe, os demais setores da economia encontram enormes dificuldades na geração de empregos. Nesse contexto, a propriedade da terra é condição básica para que se viva em família e se garanta a reprodução social dos agricultores em um ambiente de dignidade, o que possibilita a união do grupo familiar ameaçado pela desagregação e desestruturação, ocorrentes no ambiente urbano. Pertinente, portanto, é a afirmação de Martins (2003, p. 09) de que a reforma agrária:

"[...] transforma o excluído em cidadão, aquele que flui direitos e se integra na construção social de uma nova realidade social para os que estavam condenados ao limbo da exclusão e da falta de perspectivas".

Não há o que se discutir no tocante à comparação dos custos de implantação de uma família de assentado. Segundo dados da proposta encaminhada à elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária, coordenada por Sampaio (2003), a criação de empregos do PROGER apresentou custo unitário de R\$ 13.600, R\$ 25.600 e R\$ 20.300, respectivamente, nos setores industriais, de serviços e no comércio. Por outro lado, a soma dos gastos necessários ao assentamento de uma família de

agricultores é estimada pelo INCRA em R\$ 8.000, valor este significativamente inferior aos referidos para a geração de empregos nos setores anteriormente citados. Ressalte-se, ainda, que há grande dificuldade de geração de emprego nas áreas urbanas, o que torna o campo o desaguadouro natural das expectativas de emprego e renda dos segmentos sociais excluídos. Não integrá-los ao processo de desenvolvimento significa, segundo vaticina Silva (1999), continuarmos na rota da "apartheid" social, com a integração forçada da marginalidade a *"um custo extremamente alto, não somente econômico, mas social e político para a sociedade brasileira que queremos construir"*.

A ampliação do processo da reforma agrária desloca grande contingente populacional para o campo que, dessa forma, transformar-se em cenário de acirradas lutas pela posse da terra, pondo em xeque um velho paradigma acadêmico no campo das ciências sociais, de que o camponês seria uma "categoria em extinção". É no campo que estão ocorrendo as mais renhidas lutas sociais, sendo estas as mais importantes do hemisfério sul. Essa realidade de conflitos implica a necessidade de se *"construir um outro olhar sociológico sobre o campo"* (Tavares dos Santos, 1993). Conforme este autor, o novo "olhar" deve ser construído a partir de idéias-elementos, como a "noção de complexidade", a qual procura reconstruir sociologicamente a realidade histórica através de "feixes de relações" necessárias à explicação dos fenômenos sociais.

Outra idéia-elemento é a que reconhece a historicidade dos processos sociais e a determinação do que denomina como sendo "espaço-tempo inelutável". Para este mesmo autor, uma terceira idéia-elemento reconhece a oposição regra-conflito como estruturante do saber sociológico privilegiando o conflito, e elege, por último, a idéia-elemento que indica a necessária simultaneidade da análise dos instrumentos do conhecimento. Essas formulações teóricas implicam repensar a

relação do homem com a natureza, não como relação de dominação ou de devastação, mas para que se possa pensá-la "*a partir do intercâmbio orgânico do homem com a natureza*". Essa reflexão resultará em sério questionamento quanto ao uso do modelo de desenvolvimento da modernidade que exaure os recursos naturais, como se eles fossem patrimônio apenas de uma única geração. Para esse propósito, é necessário também se construir uma nova linguagem acerca do meio ambiente e da própria reforma agrária.

Em sintonia com essas reflexões, Martins (2001) relembra que a sociologia rural tem um pesado débito com as populações rurais de todo o mundo, as quais foram vitimadas pelas conseqüências da sociologia "a serviço da difusão de inovação", a qual promoveu uma "demolição cultural" dos filhos dos agricultores. A sociologia descobriu, embora lentamente, que as populações rurais têm seus próprios códigos de conhecimento e "sua própria concepção de destino". Para o autor, o interesse dos sociólogos rurais foi pelo que denomina como o "lado negativo", isto é, pelo que "parecia incongruente com as fantasias da modernidade".

O problema que se coloca é que a modernidade excluiu dos benefícios do desenvolvimento os marginalizados que buscam suas inserções através de processos histórico-sociais conflitantes. Neste sentido, o futuro da sociologia rural está diretamente relacionado com o futuro das populações rurais envolvidas nestas lutas. A esse propósito, Martins (2001, p. 10) vaticina:

"[...] o futuro da sociologia rural depende amplamente do que as populações rurais tenham a lhe propor para que essa qualidade de vida seja incrementada", e "[...] depende amplamente do deciframento e superação dos enigmas que as perturbam, da compreensão dos processos sociais que as desagregam e as marginalizam e que, por isso, precisam compreender e vencer para que tenham a qualidade de vida a que têm direito."

A "qualidade de vida" das populações existentes nos assentamentos é importante tema para a sociologia rural, pois contribui para resgatar a dimensão crítica da tradição sociológica, servindo de referência aos excluídos do campo na mobilização em busca da realização de sonhos, esperanças e de um projeto de vida. Os objetivos da sociologia rural estarão onde estiverem esses elementos e os seus sonhos sempre acalentados, os quais são frutos das lutas de homens e mulheres que, apesar das adversidades de toda monta, laboram no campo.

Nessa perspectiva é que se colocou este estudo de caso, visando obter dos atores sociais envolvidos as respostas às questões já elencadas nos objetivos. Com estes novos olhares é que se poderá melhor compreender as manifestações do desenvolvimento local, de modo a verificar se ocorreu efetivamente melhoria na qualidade de vida desses agricultores. O desenvolvimento aqui entendido é o da definição de Kageyama (1993, p. 25), assim expressa:

"A noção de desenvolvimento de um país, inclui não apenas o crescimento econômico, traduzido em expansão dos setores produtivos – especialmente a indústria – o aumento da renda nacional e da renda per capita, mas abrange também, aspectos distributivos e outros relativos ao bem estar [...]"

A noção de desenvolvimento econômico tem mudado muito nas últimas duas décadas em direção a uma visão mais consensual de que crescimento econômico e melhoria do padrão de vida devem ser perseguidos simultaneamente. Desenvolvimento econômico é visto como *"uma melhoria sustentável, secular no bem-estar material, que se poderia considerar estar refletida no aumento do fluxo de bens e serviços"* (Okum e Richardson, 1965).

Mas, qual é a ótica correta para entender desenvolvimento e qualidade de vida? A noção de desenvolvimento com focalização em bens (Crocker, 1993) não responde ética e satisfatoriamente à pergunta formulada, e a uma outra relativamente a

quais bens ou mercadorias que são intrinsecamente valiosos ou eticamente básicos. O enfoque em bens leva ao que Marx denominou "fetichismo das mercadorias", como se elas tivessem um valor em si mesmas, e não um valor em função das necessidades dos homens. A dificuldade na medição do desenvolvimento está ligada à sua definição, isto é, aos critérios pelos quais os objetivos do desenvolvimento vão ser julgados ou como vão ser medidos. Para se mensurar o crescimento com desenvolvimento, faz-se necessária a inclusão de dados que levem em consideração: democracia, criminalidade, respeito às leis, qualidade de vida, renda, saúde, educação, habitação e acesso a novas tecnologias, e não apenas dados que demonstrem simplesmente a variação econômica.

Existe uma quantidade de indicadores possíveis para se medir o desenvolvimento, porém nenhum indicador quantitativo é capaz de medir com exatidão um critério qualitativo. A esse propósito, Colman e Nixon (1981, p. 24) relatam que:

"nenhum indicador pode aproximar, de forma concebível, os níveis qualitativos atingidos com respeito a todas as dimensões mais importantes do desenvolvimento, particularmente ao lembrar que essas dimensões são econômicas, sociais, políticas e culturais e ocorrem dificuldades consideráveis ao se formular um método, esquema de ponderação, pelo qual se possam aglutinar os diversos indicadores para diferentes qualidades em uma única medida de índice sintético do nível de desenvolvimento de um país".

É importante lembrar que, até hoje, grande esforço foi dedicado à formulação de indicadores de desenvolvimento econômico, sendo pouco o esforço dedicado ao desenvolvimento de indicadores políticos, sociais ou sua combinação (Colman e Nixon, 1981).

É evidente que qualquer observador gostaria de ter um único indicador de desenvolvimento, ao invés de um conjunto de indicadores isolados. Para Colman e Nixon (1981) é *"conveniente, não só por simplificar a tarefa de apresentar modelos*

teóricos de desenvolvimento, mas também pelo fato de facilitar a comunicação e o pensamento, considera-se uma única série de números em vez de muitas simultaneamente".

Na pesquisa sociológica, os indicadores sociais podem ser úteis como instrumento de análise em pesquisa de corte mais acadêmico, ou como instrumento para formulação de avaliação de políticas públicas (Cardoso, 1998). Nesse sentido normativo, é que se buscou inspiração no componente qualidade de vida, ou seja, o IDH concebido e divulgado pela ONU.

Este índice incorpora como medida do desenvolvimento os níveis de renda, saúde e educação, por considerá-los importantes indicadores capazes de exprimir as capacidades humanas. Como o IDH foi originalmente criado para se aplicar em países ou macrorregiões, sua utilização a nível municipal requer a adoção de algumas adaptações metodológicas e conceituais. Essa necessidade decorre de duas razões: os únicos dados para as variáveis relevantes, definidos, coletados e processados de maneira uniforme para todos os municípios brasileiros são aqueles provenientes dos censos demográficos do IBGE. Portanto, para garantir a homogeneidade do cálculo dos índices, todos os indicadores são extraídos, direta ou indiretamente, dos censos. Para isso foi criado o IDH-M como um índice que mede o desenvolvimento humano de uma determinada unidade geográfica. Essa metodologia foi desenvolvida por um grupo de pesquisadores da Fundação João Pinheiro e do IPEA, para um estudo pioneiro sobre o desenvolvimento humano nos municípios mineiros, realizado em 1996, com o apoio da FAPEMIG.

Por causa dessas adaptações, o índice de desenvolvimento humano criado para os municípios, embora conceitualmente próximo, é diferente do IDH proposto pelo PNUD e calculado há alguns anos para países e regiões. O novo índice foi denominado Índice Municipal de Desenvolvimento Humano e é designado pela sigla

IDH-M, reservando a denominação Índice de Desenvolvimento Humano e a sigla IDH exclusivamente para os índices calculados segundo a metodologia padrão do PNUD. Assim, um IDH-M, seja para um município, um estado, uma região, ou para o Brasil, só pode ser comparado a outro IDH-M, para a mesma unidade geográfica em outro ano, ou para outra unidade geográfica. Da mesma forma, um IDH-M só pode ser comparado a outro IDH-M, seja através do tempo, seja entre unidades geográficas.

A metodologia de cálculo do IDH-M envolve a transformação das três dimensões por ele contempladas: longevidade, educação e renda, em índices que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 for o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do município ou região. A metodologia do cálculo do IDH-M resulta da combinação de três dimensões: 1) longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; 2) educação, medida pela combinação da taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, com peso 2/3, e do número médio de anos de estudos da população de 25 anos ou mais, com peso 1/3; e 3) renda, medida pela renda familiar per capita média ajustada, expressa em salários mínimos de setembro de 1991.

Nesta pesquisa, foram utilizados como indicadores de qualidade de vida: **renda**, como fator que caracteriza a autonomia dos agricultores; **educação**, como valor indispensável à formação e informação dos agricultores para assimilarem metodologias de processos produtivos criados pelo EMBRAPA/CPATSA e como ações de participação do assentado no Sindicato e em outras entidades de apoio às suas lutas; **saúde**, como conjunto de ações individuais e públicas para melhorar as condições eugênicas, de higiene e longevidade dos assentados. Foram trabalhados, ainda, outros indicadores, tais como, **habitação**, como melhoria da casa embrionária recebida do INCRA; e **tecnologia**, como sendo a adoção de inovações tecnológicas, gerenciamento e comercialização da produção, mediante a utilização do índice agrônômico

desenvolvido por pesquisadores da EMBRAPA/CPATSA que permitirá ser mensurado o acesso às novas técnicas de produção e implementos utilizados, bem como à pesquisa agropecuária, à energia elétrica, à telefonia e até às boas estradas.

A utilização de tais indicadores não somente possibilitou conhecer como interagiram esses fatores na vida dos agricultores familiares, mas também permitiu conhecer o que definem e percebem como sendo a sua qualidade de vida, e como isto se reflete em suas escolhas econômicas. Entretanto, iniciaremos o próximo capítulo, historiando as lutas pela conquista da terra.

CAPÍTULO II. A REFORMA AGRÁRIA COMO QUESTÃO NACIONAL E REGIONAL

*"A bem de nosso progresso
Quero apoio do Congresso
Sobre uma reforma agrária
Que venha por sua vez
Libertar o camponês
Da situação precária [...]"
Patativa do Assaré⁵*

Neste capítulo, resgata-se a história dos trabalhadores pela terra no Brasil, suas principais conquistas e revezes, os sistemas produtivos, a organização dos agricultores em sindicatos, a intervenção do regime militar nessas organizações, o surgimento do MST com a proposta de construção de um projeto sociocultural de transformação da realidade no campo. No que se refere à reforma agrária como questão regional, destaca-se inicialmente o surgimento da agricultura de vazantes e, depois, irrigada, no submédio São Francisco, notadamente, no bipolo Petrolina-Juazeiro, bem como os projetos de colonização e o surgimento dos agricultores sem terra como atores sociais e políticos, com suas reivindicações para serem inseridas na política de desenvolvimento regional.

A reforma agrária, como processo histórico inserido no contexto nacional, só tem significância em relação ao processo de desenvolvimento, o qual não se dá de forma autônoma, mas de modo fortemente condicionado pelo sistema econômico no qual se encontra arraigado. Nessa perspectiva, não se deve olvidar que a reforma agrária pode assumir importante dimensão histórica, pois a infra-estrutura econômica modernizar-se-á à medida que forem resolvidos o secular problema fundiário e as questões a ele relacionadas.

⁵ Antônio Gonçalves da Silva, dito Patativa do Assaré, poeta popular, nascido a 5 de março de 1909, na Serra de Santana, pequena propriedade rural, no município de Assaré, no sul do Ceará.

No Brasil Colônia, a propriedade da terra era regulamentada pela Legislação Portuguesa de "sesmarias", a qual vigeu no país até a independência em 1822, cujos forais dos donatários determinavam que as terras fossem distribuídas em "sesmarias" aos moradores do lugar, muito embora só os que dispusessem de recursos próprios fossem os escolhidos. A grande lavoura é o "*nervo econômico*" daquela civilização (Prado Júnior, 1963), e os pequenos produtores estavam excluídos desse sistema econômico. A forma particular assumida pelo latifundiário agrário entre nós "*surgiu, em grande parte, de elementos adventícios e ao sabor das conveniências da produção e do mercado*" (Buarque de Holanda, 1979).

Nessa fase, a agricultura organiza-se no sistema de monoculturas. Inicialmente a da cana-de-açúcar e depois a do café, as quais têm, como único objetivo, a produção de gêneros de vital importância comercial, utilizando-se de trabalho escravo para suprir de mão-de-obra as atividades agrícolas empreendidas pelo colonizador português (Prado Junior, 1963). A produção destinava-se basicamente à exportação de produtos para a metrópole, mediante ganhos de produtividade obtidos com a ocupação contínua de novas áreas. Esse sistema de lavouras é organizado uniformemente para todas as colônias em territórios tropicais e subtropicais da América (Buarque de Holanda, 1979), como consequência da impossibilidade de os países europeus produzirem gêneros agrícolas em quantidade necessária ao consumo de suas populações. Os pequenos lavradores, sem recursos, não podiam adaptar-se àquele sistema de produção caro e inacessível, pois, para se implantar um engenho de açúcar, mesmo dos mais modestos, despendiam-se vultosos recursos financeiros e se empregava imensa quantidade de mão-de-obra.

Outra grande dificuldade para o pequeno lavrador consistia na falta de mercados consumidores para seus produtos, visto que o mercado interno era limitadíssimo, com a população constituída basicamente de escravos, semi-escravos

negros, índios e mestiços, os quais não tinham rendimentos significativos que lhes permitissem consumir. As grandes propriedades produziam o necessário para seu consumo interno, sem dependência do mundo exterior, porque os centros urbanos "*eram de reduzidíssima importância*" (Prado Junior, 1991). A propósito, Buarque de Holanda (1979) informa-nos sobre anedota contada por Frei Vicente do Salvador, emblemática da "*atrofia econômica do sistema tradicional, autárquico escravocrata e patriarcal*" da sociedade rural brasileira no Império, vejamo-la:

"[...] certo bispo de Tucumã, da ordem de São Domingos, que por aqui passou em demanda da Corte dos Filipes. Grande canonista, homem de bom entendimento e prudência, esse prelado notou que, quando mandava comprar um frangão, quatro ovos e um peixe para comer, nada lhe traziam, porque não se achavam dessas coisas na praça, nem no açougue, e que, quando as pedia as casas particulares, logo lhas mandavam".

Na fase colonial, a economia brasileira constituiu-se em mero organismo produtor de riquezas destinadas a um seleto número de empresários e dirigentes que "*saboreiam tudo*", ao passo que a grande massa que lhe serve de mão-de-obra não recebe quaisquer benefícios do sistema econômico vigente à época. Muito pelo contrário, ela se vê excluída social e economicamente. A grande lavoura produzia basicamente açúcar, algodão, café, tabaco e cacau, destinados à exportação. Outras culturas, a exemplo de feijão, milho e mandioca são produzidas pela agricultura de subsistência, mas, como "apêndice" daquela e com pouca relevância econômica.

O que caracterizava a grande lavoura como sistema econômico de agricultura intensiva, era o fato de "*[...] que desbaratava com mãos pródigas uma riqueza que não podia repor*" (Prado Junior, 1963). A pecuária se desenvolveu à época em fazendas com extensas áreas de terras, via de regra, dispostas ao longo de um curso de água. O pessoal empregado nessa atividade era reduzido, constituído de vaqueiro e

alguns auxiliares, os "fábricas". Criavam-se basicamente caprinos, ovinos e suínos destinados à alimentação.

A família foi o grande fator colonizador do país a partir do século XVI, tida como a verdadeira unidade produtiva, consoante o que afirma Freyre (1963, p. 83), pois esta era:

"[...] o capital que desdobrava o solo, instalava as fazendas, comprava escravos, bois, ferramentas; a força que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América."

Ainda segundo este autor, nem o indivíduo isoladamente, nem o Estado ou qualquer empresa comercial com ela se rivalizou em nível de importância social ou econômica. Essa sociedade, tradicional, patriarcal, escravocrata e autárquica paradoxalmente admitia uma "democracia racial" no Brasil, o que para ele possibilitou *"[...] o encontro, a intercomunicação e até a fusão harmoniosa de tradições diversas, ou antes antagônicas, de cultura"* (Freyre, 1970, p. 52). O autor também afirma que o regime de convivência brasileira em vários sentidos social é um *"dos mais democráticos, flexíveis e práticos"* do mundo. É certo, porém, que essa "democracia racial" secularizou a exclusão social de vastos segmentos da sociedade brasileira, o que perdura até os dias atuais.

Nessa fase, o ambiente geográfico é predominantemente rural. Buarque de Holanda (1979) observa que *"o ambiente esmagador do ruralismo, segundo todas as aparências, foi antes um fenômeno típico do esforço dos nossos colonizadores do que uma imposição do meio"*. Nessas condições, não foi possível o desenvolvimento da pequena propriedade no Brasil Colonial; antes, pelo contrário, os pequenos proprietários vão-se desfazendo de suas posses em favor dos grandes domínios que passam a ser a base fundamental da economia agrária daquele período.

A Revolução 1822 que extinguiu o regime de "sesmarias" no Brasil não passou do "*reconhecimento tácito de uma situação insustentável*" (Castro, 1967), pois grandes contingentes da população rural, que passaram a ser chamados de posseiros ou intrusos, apressaram a decadência da instituição das sesmarias, mediante a ocupação das terras devolutas, utilizando-se delas para o desenvolvimento de sua agricultura de subsistência. Com esse fato, dá-se início a uma nova fase na vida agrária do país, o que possibilitou a luta por novas formas de apropriação da terra, por intermédio do surgimento de tipos menores de propriedades rurais, ou seja, a propriedade capitalista e a camponesa.

Essa é a fase do Segundo Reinado, a qual se inicia com um fato político e social responsável por toda a evolução posterior em direção ao moderno Estado brasileiro. Trata-se da abolição do tráfico de escravos em 1850, que traria conseqüências sociais e econômicas variadas. A questão da abolição do tráfico de escravos foi imposta ao mundo pelo liberalismo burguês que havia saído vitorioso na Revolução Francesa de 1789, quando propugnou a substituição do trabalho escravo pelo assalariado.

A implantação dessa nova ordem social inaugura novos parâmetros sócio-econômicos, nos quais o poder econômico passa a determinar o *status* social dos indivíduos em detrimento da origem de nascimento e definir a forma de estruturação das sociedades capitalistas contemporâneas. Em nosso país, o movimento abolicionista encontra partidários sinceros, embora se faça mister mencionar o fato de que a maioria da elite "*[...] ficava tão somente nas declarações e protestos platônicos*" (Prado Junior, 1991).

A coroa inglesa adotava "humanitária" política de combate ao tráfico de africanos, como forma de enfrentar a concorrência comercial aos produtos extraídos de suas colônias que, no entanto, não utilizavam mão-de-obra escrava. Como potência

econômica e militar hegemônica naquele momento histórico, a Inglaterra impôs o fim do tráfico em março de 1850, através do todo-poderoso Gladstone⁶, o qual chegou a ameaçar o Brasil a cumprir os tratados celebrados "[...] *a ponta da espada e pela guerra até o extermínio*" (Prado Junior, 1991).

O efeito imediato dessa medida no Brasil teve como consequência a destinação de vultosas quantias de capitais para o mercado interno, promovendo o desenvolvimento da economia brasileira em todos os segmentos. Para se ter uma idéia, os principais empreendimentos materiais necessários à infra-estrutura econômica nacional são posteriores a essa época, tais como a primeira estrada de ferro do Brasil, ligando o Porto de Mauá a Fragoso (em 1854), a estrada de ferro Pedro II (Central do Brasil - em 1855), o telégrafo e as primeiras concessões de linhas internacionais de navegação marítima.

No tocante à questão fundiária, a propriedade moderna da terra foi definida pela Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, oportunidade em que se deu o primeiro conceito de terras devolutas, sendo também previsto o processo discriminatório dessas terras, assim como a regulamentação da compra e venda (Lima, 1977). Essa lei transformou a terra em mercadoria e impediu, na prática, que escravos recém-alforriados pudessem ser proprietários, uma vez que seus salários eram insuficientes para comprar os lotes tão almejados.

A propriedade da terra era somente acessível a uma pequena parcela da população, constituída de grandes proprietários. Ficava implícita, dessa forma, a exclusão de posseiros e outras categorias sociais menos abastadas. A partir daí, iniciou-se a fase de "modernização" da economia brasileira, com a eliminação de vários entraves ao desenvolvimento e a inserção do país no sistema econômico internacional.

⁶ William Ewart Gladstone – primeiro ministro britânico do período vitoriano de 1868a 1874, de 1880 a 1886 e de 1892 a 1894.

A abolição da escravatura, como ato normativo que extinguiu o trabalho servil, só veio a se tornar prioridade nacional, de fato, depois da guerra do Paraguai, quando o interesse pátrio não mais podia subordinar-se à única cultura realmente rentável: o café, que ainda se utilizava de mão-de-obra escrava, a qual era deslocada de outras regiões do país para o eixo Rio/São Paulo. Fato é que somente quando a avalanche abolicionista tomou conta do Brasil, gerando instabilidade e insegurança no trabalho servil, com o conseqüente abandono sistemático das fazendas pelos escravos, é que a Lei de 13 de maio de 1888 veio a reconhecer tal situação. Essa evolução política e social, decorrente da abolição definitiva da escravatura, corresponde no plano econômico à integração do Brasil ao sistema capitalista de produção, o qual seria determinante no apressamento do fim do império. As forças conservadoras, que se agrupavam em torno do Segundo Reinado, estavam irremediavelmente comprometidas com um insustentável passado incompatível com o processo de modernização política e econômica do país. Conforme evidencia Prado Júnior (1963), a figura do monarca D. Pedro II era politicamente conservadora, *"retrógrada e rotineira"* e *"[...] por isso mesmo uma figura de segundo plano que, aliás, sempre se mostrou incapaz de compreender o processo social que se desenrolava sob suas vistas"*. A abolição da escravatura havia retirado do trono a confiança e a simpatia popular, o qual desmoronou com a simples apresentação de uma passeata militar.

As maiores lutas camponesas têm início no fim do Império e no começo da República. Movimentações sociais de natureza predominantemente campesina e messiânica ocorrem em Canudos (1893-97), no Contestado e na então Província de Santa Catarina (1912-16). Foram todas elas duramente reprimidas pelas forças militares do exército e das polícias provinciais, que as combatiam como se fossem *"tentativas de restauração da monarquia"*.

O PERÍODO REPUBLICANO

Por outro lado, no período republicano, o drama da concentração fundiária se acentuou, pois, com a primeira Constituição Republicana de 1891 "*as terras devolutas são transferidas para os Estados e colocadas nas mãos das oligarquias regionais*" (Martins, 1995). A partir daí, começa o processo de transferências de propriedades fundiárias para grandes fazendeiros e sociedades empresárias, ensejando o surgimento da especulação imobiliária, notadamente nos estados federados do sul e sudeste. O fundamento da dominação e da exploração passa a ser a disputa pela terra, trazendo para a arena do confronto social os camponeses e fazendeiros. Esse autor chega a afirmar ter sido isso possível devido "à fraqueza da política do coronelismo" e da criação da "guarda nacional", utilizada como força repressiva destinada a sustentar internamente os interesses e a dominação de classe. Essa tensão somente foi resolvida com a extinção da Guarda Nacional em 1918, e com a passagem dos seus quadros para o Ministério da Guerra, passando como força auxiliar e de segunda linha do Exército.

A Coluna Prestes e a Revolução de 1930 correspondem à condenação no plano político do coronelismo, como uma das principais fontes de atraso do país. Nesse período, a luta pela posse da terra torna-se fenômeno socialmente organizado, o qual teve forte impulso com a criação dos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais. O golpe estadonovista de 1937, implementado pelo ditador Getúlio Vargas, tentou demonstrar que os coronéis estariam fora do poder, mas estes retornam à cena política com a queda da ditadura, ficando a partir de então ao abrigo de um partido de fazendeiros e antigos coronéis, denominado Partido Social Democrático (PSD).

Na década de 50 do século passado, generalizou-se a organização dos trabalhadores em sindicatos rurais, sob a influência dos comunistas e socialistas e até de membros da ala progressista da Igreja Católica, fato esse que colocou o problema da

estrutura fundiária e da distribuição de terras na ordem do dia da agenda política nacional.

Na década seguinte, o governo do Presidente João Goulart anunciou o lançamento das reformas de base, destacando-se dentre elas a Reforma Agrária, a qual passou a ser fator preponderante de acirradas disputas político-ideológicas no Congresso Nacional. A luta pela Reforma Agrária, naquele momento histórico, envolveu diversos setores políticos urbanos interessados no alargamento do mercado interno e na redução da pressão demográfica sobre as cidades. O Presidente João Goulart foi seu maior defensor, afirmando que a propriedade rural estaria mais bem defendida se, em lugar de 2,5 milhões, o Brasil tivesse 10 milhões de proprietários rurais (Santos, 2000).

A luta dos trabalhadores fez-se por intenso esforço de sindicalização dos assalariados rurais, com o apoio do governo de então, do clero, de diversos grupos de esquerda, e motivada pela organização de entidades representativas dos trabalhadores rurais de caráter nacional. O PC organizou e controlava a ULTAB, propondo aliança entre operários e camponeses, com vistas a realizar uma revolução "democrático-burguesa" dentro dos limites do capitalismo, como uma etapa intermediária para se alcançar o socialismo (SANTOS, Júlio José Torres dos. O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra. Fator de realização da reforma agrária. Dissertação apresentada à UNEB para obtenção do título de especialista em Direito Privado. Juazeiro, BA, 2000. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/informativos/minforma/ultimas1702.htm>>. Acesso em: 07.04.2004).

O mais importante capítulo desta luta ocorreu em Pernambuco, com o movimento do líder camponês, Francisco Julião, e das ligas camponesas, as quais haviam sido organizadas no final da década de 50 do século passado, a partir da luta

dos foreiros e dos pequenos rendeiros contra os proprietários do engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, que desejavam expulsá-los da terra. As ligas camponesas e seus líderes contribuíram com a organização dos foreiros, tomando por base a legislação prevista no Código Civil de 1916, vindo a associá-los, usando slogans de combate à "condição" ou "cambão" (Andrade, 1980).

Os foreiros surgiram ainda na época da escravidão. Eram homens que viviam em áreas mais distantes dos engenhos, cultivando lavouras de subsistência e pagando ao proprietário um pequeno aluguel anual. Nas épocas de maior trabalho nos engenhos, durante o plantio e a colheita, eles costumavam dar aos proprietários alguns dias de trabalho por semana, às vezes, de forma gratuita e, às vezes, por ínfimos salários. Era, portanto, a "condição" ou o "cambão" (Andrade, 1980).

Isso constituía uma forma de escravidão branca, pois, durante o trabalho do cambão, o camponês não recebia o básico para sua própria sobrevivência. É o que eles chamavam cambão a seco, visto que não recebia nem mesmo um simples copo de água. Caso o camponês, por motivo de doença, não podia dar os dias de cambão, aquele tinha obrigação de pagar o dia ao preço do momento. Além dessas condições adversas, o foreiro era obrigado a vender o produto de suas roças ao dono da terra pelo preço que convinha a este, em troca de mantimentos e, até, de "cachaça" (Castro, 1967).

Essa situação tornou-se insustentável, pois os foreiros das terras de engenhos estavam em vias de serem expulsos por não mais aceitar aquelas adversas condições de trabalho e permanência na terra. A tudo isso se aliou o fato de que os moradores das usinas estavam se convertendo em assalariados e sendo compelidos para se deslocarem às periferias das cidades da região açucareira. Assim, não lhes restava outra alternativa, senão resistir nas ligas camponesas que se espalharam como um rastilho de pólvora por toda a região nordeste.

Essas lutas recebiam, de um lado, o apoio do PC e, do outro, sofriam oposição da Igreja Católica. Martins (1995) chega a afirmar que o surgimento das ligas camponesas não decorreu apenas de questões locais, mas, principalmente, de uma "crise política regional", decorrente da ação da burguesia regional, no sentido de obter do governo federal não mais uma política paternalista de socorro emergencial nos períodos cruciais de seca, mas também de efetiva política de desenvolvimento econômico. Para este segmento social, era necessário gestar-se uma política de industrialização da região nordeste que superasse os limites do círculo vicioso da pobreza resultante da agricultura monocultora e latifundiária. Isso se concretizou com a criação e instituição da SUDENE, como órgão fomentador das políticas públicas de desenvolvimento regional. Tais expectativas possibilitaram alianças políticas entre o PC e a UDN em Pernambuco, o que permitiu a conquista da prefeitura da cidade de Recife por Cid Sampaio, conhecido usineiro deste estado.

Em 2 de março de 1963, durante o governo João Goulart, é assinada a Lei nº 4.214/63 que instituiu o Estatuto do Trabalhador Rural - ETR, regulamentando o trabalho rural. Esta lei foi o instrumento que legalizou e atrelou ao então Ministério do Trabalho todo o movimento sindical rural, em resposta ao suposto radicalismo das ligas camponesas. Mesmo assim, essa medida não atenderia às diversas reivindicações dos trabalhadores rurais, incluindo a questão da reforma agrária.

Em 1º de abril de 1964, ocorre o golpe militar que derrubou o governo constitucional do Presidente João Goulart, a partir da reação da burguesia nacional que havia firmado aliança com outros setores do conservadorismo nacional. No universo político-social conservador, os latifundiários pretendiam obstaculizar as reformas de base enviadas, em 15 de março de 1964, pelo presidente ao Congresso Nacional. Este golpe recebeu a resistência inicial apenas dos sindicatos rurais mais combativos, e por

conta disso o governo militar interveio não somente nas federações rurais, mas igualmente na CONTAG, desatrelando-as do movimento sindical.

Saindo vitorioso, o regime militar obrigou o Congresso a aprovar o Estatuto da Terra que contava com um restrito projeto de reforma agrária definido pelo grupo de IPES e do IBAD. Integrava o grupo do IPES/IBAD vários intelectuais, escritores, jornalistas e advogados. O Estado manteve a questão agrária sobre seu estrito controle, não permitindo o acesso à terra aos camponeses, enquanto, por outro lado, possibilitava esse acesso apenas àqueles que efetivamente tivessem algum compromisso com a propriedade nos moldes capitalistas. Nesta fase, as desapropriações de terra destinavam-se exclusivamente a implantar seletivos projetos de colonização.

Na gestão do general Costa e Silva, o problema da terra transformou-se em questão político-militar, tendo sido propagado o discurso em prol do preenchimento dos "espaços vazios do território nacional", mediante o transporte dos "camponeses sem-terra" para a "Amazônia sem homens". As terras amazônicas naquele período tinham sido entregue às grandes empresas capitalistas que recebiam expressivos incentivos fiscais para promover a exploração dos seus imensos recursos naturais. O regime militar engendrou a ideologia da "segurança nacional", engajando as Forças Armadas, em seu projeto, como instrumento de garantia dos interesses dos grupos econômicos que iriam explorar a Amazônia e o cerrado do centro-oeste.

Esse governo determinou a intervenção militar no IBRA, órgão responsável pela política agrária que, por sua vez, havia substituído tanto o INDA quanto a SUPRA, órgãos que haviam sido criados ainda no governo João Goulart. Em 1969, o governo pediu ao GERA que analisasse os problemas que impediam o desenvolvimento fundiário do País. Em 1970, o governo militar criou o INCRA, com a finalidade de coordenar a política da reforma agrária e promover a ocupação da

Amazônia e do cerrado. Na prática, tal mudança significou o fortalecimento dos grupos econômicos que controlavam os projetos de colonização, pois o instituto viria a fazer muito mais colonização do que reforma agrária. O regime militar, com a repressão aos movimentos dos trabalhadores rurais, objetivava impedir a luta pela reforma agrária e visava acelerar o desenvolvimento do capitalismo no campo.

Durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici, deu-se início a uma campanha cujo slogan apregoava que "era necessário integrar a Amazônia para não entregá-la aos estrangeiros", através de projetos como o Rondon. Em 1971, o governo criou o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA.

A CONTAG, principal organização de trabalhadores rurais, que havia sofrido intervenção nas eleições de 1965, só veio a ser retomada pelos trabalhadores nas eleições de 1968, quando saiu vitoriosa a chapa composta por líderes residentes no Estado de Pernambuco. A partir de então, essa entidade passou a ter força poderosa no sindicalismo brasileiro. Com o agravamento da concentração de terra e da repressão às lutas camponesas, a resposta dos trabalhadores veio com a ampliação do movimento sindical rural e a criação de novos sindicatos. As entidades sindicais receberam forte estímulo da CONTAG e apoio das Comissões Pastorais da Terra da Igreja Católica, esta última com uma estruturação fora do movimento sindical. A partir daí, os agricultores sem-terra começam a se reorganizar, promovendo as primeiras invasões para pressionar o governo a atender suas reivindicações, e o governo de então passou a registrar a extensão desses conflitos pela terra através da ABRA.

Em maio de 1973, realizou-se em Brasília o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Frise-se que o primeiro congresso havia ocorrido há mais de uma década, isto é, em 1961. A atuação dos trabalhadores rurais, na ocasião, foi de cautela, em virtude de o encontro ter sido realizado em pleno governo Médici. Uma

conclusão desse encontro foi a necessidade de realização da Reforma Agrária, deixando evidente não haver confusão desta com o sistema de colonização do programa oficial do governo. No congresso subsequente, realizado durante o governo do general João Baptista de Figueiredo, também em Brasília, verificou-se ampla e geral participação dos trabalhadores rurais. Nesse contexto, a CONTAG evidentemente já tinha vários estudos sobre a realidade agrária no Brasil, os quais permitiram apresentar propostas mais fundamentadas para a resolução dos problemas ligados ao campo.

Como fato novo de um contexto de novas formas de luta pela conquista de um espaço de socialização política, surge, em 1987, no cenário político e social do país, o MST. Esse movimento social organizado visa construir um projeto sócio-cultural de transformação da realidade no campo. Seus quadros se notabilizam por uma prática engajada e revolucionária, constituindo-se em importante interlocutor dos movimentos sociais empenhados na luta pela reforma agrária. O MST não se restringe apenas à organização das lutas de reivindicação pela terra, mas também desenvolve trabalho educacional nas áreas de ensino fundamental, pedagógica e na impressão de bibliografia de autores ligados a esse movimento. Além disso, tem como objetivo organizar a produção agrícola dos assentamentos que coordena em sistema de cooperativas.

Objetivando lutar contra mudanças constitucionais e legais que visavam implantar a reforma agrária no território nacional, o patronato rural cria a UDR, como entidade representativa desse segmento social, com a finalidade também de combater os defensores da reforma agrária. Conquistada a redemocratização, os governos, por conta da pressão popular, viram-se obrigados a promover assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra, inclusive na região do submédio São Francisco.

A REFORMA AGRÁRIA NO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO

A reforma agrária, como questão presente na região, não pode ser entendida sem a contextualização histórica do local, da forma como a agricultura ali se desenvolveu historicamente. Os sertões nordestinos somam uma porção do território nacional com mais de 300.000 km², que se estende desde o Maranhão até Minas Gerais e possuem variados ecossistemas, correspondendo a 49% do total de toda região nordeste.

O rio São Francisco tem 2.700 km de extensão e nasce na Serra da Canastra em Minas Gerais, escoando no sentido sul-norte pela Bahia e Pernambuco, quando altera seu curso para este, chegando ao Oceano Atlântico através da divisa entre Alagoas e Sergipe. Sua bacia hidrográfica abrange 639.219 km² de área de drenagem (7,5% do país) e vazão média de 2.850 m³/s (2% do total do país). Sua bacia contempla vários fragmentos dos biomas costeiros, floresta atlântica, insulares, cerrado e caatinga. Esta predomina no sertão do São Francisco, em que as condições climáticas são severas, embora seja rica em diversidade. Em suas margens a umidade é muito elevada, o que possibilita o desenvolvimento da irrigação.

Em 1948, foi reconhecida a importância estratégica do rio para o desenvolvimento do semi-árido nordestino, com a criação da Comissão do Vale do São Francisco, cujo plano geral havia sido aprovado pelo Congresso Nacional em 1950, a partir de quando se reconheceu a necessidade de regularizá-lo para a navegação, geração de energia hidroelétrica e irrigação de pólos hortifrutigranjeiros.

A atividade agrícola, através das culturas de vazante, vem sendo feita desde o período colonial. Todavia, mais recente é o desenvolvimento da agricultura irrigada nas margens e em suas inúmeras ilhas, com a utilização de motobombas para a produção de cebola, cana-de-açúcar e fruteiras diversas. Esse processo iniciou-se

apenas no princípio da década de 50 do século passado. Faz-se mister registrar que, somente a partir de 1965, foram utilizadas as primeiras motobombas elétricas, o que barateou os custos da agricultura irrigada, proporcionando franco desenvolvimento a esta Região.

As cidades de Juazeiro e Petrolina constituem o grande pólo de desenvolvimento da economia regional, embora suas áreas rurais tenham níveis de desenvolvimento social e econômico desiguais. A estrutura fundiária da região revela que a propriedade da terra está concentrada, pois os grandes estabelecimentos (com mais de 1.000 ha) correspondem a menos de 1% dos estabelecimentos e detêm 41% da área total, ao passo que os pequenos (com menos de 10 ha) equivalem a 56,7% dos estabelecimentos, mas só correspondem a 4,4% da área total (Censo de 1985).

A cebolicultura, que tem em Cabrobó o maior centro "ceboleiro" do nordeste, também se desenvolveu em inúmeras cidades localizadas às margens do rio. Os agricultores que se dedicam a essa cultura utilizam sementes selecionadas importadas e nacionais em sistemas de meação com os camponeses sem-terra, os quais recebem terra, água e sementes dos ricos proprietários de terras da região irrigada do sertão do São Francisco, sendo essa a cultura que possibilitou o desenvolvimento inicial da irrigação.

Outra importante cultura agrícola é a da cana-de-açúcar, que é cultivada nos períodos de vazantes em extensas áreas irrigadas. Sua destinação inicial era a produção de rapaduras feitas em pequenos engenhos movidos a tração animal, depois a óleo diesel e hoje a eletricidade. Seu plantio também é feito no mesmo sistema de meação, ou seja, os agricultores recebem terra, água e outros insumos dos proprietários e dividem a produção final. Atualmente, uma grande usina açucareira com capacidade de produção de mais de 1.000.000 de sacas de açúcar cultiva em Juazeiro milhares de

hectares da rica gramínea, em sistema de consórcio com a criação de gado, gerando milhares de empregos permanentes e temporários na vizinha cidade baiana.

A cultura de alimentos básicos (principalmente feijão, milho, arroz, algodão e mandioca) também é desenvolvida às margens do São Francisco, em sistemas de produção agrícola diferenciados, a exemplo da meação, do arrendamento ou regime de cultivo familiar. Com relação à pauta de produtos, constata-se uma retração da área ocupada com culturas tradicionais de sequeiro e a diversificação das culturas de irrigação, tais como manga, uva, acerola, tomate, melão, melancia, cebola, arroz, etc. O mercado externo é que define a pauta em detrimento das culturas tradicionais.

É conveniente ressaltar que o desenvolvimento da fruticultura irrigada, notadamente de mangas e uvas de mesa destinadas à exportação e à produção de vinho, foi ampliado através do agricultor de descendência italiana, Sr. Molina, ainda no final da década de 50 do século passado, no município de Santa Maria da Boa Vista-PE. A partir dessa experiência, a região vem se transformando em importante centro produtor e exportador de frutas nobres para os exigentes mercados consumidores dos Estados Unidos e da Europa. Outras experiências de fruticultura irrigada, desenvolvidas anteriormente no vale do Salitre, em Juazeiro, embora pioneiras, não tiveram caráter comercial.

A irrigação, como política pública, teve seu primeiro grande impulso oficial com a implantação dos projetos de colonização denominados: **Bebedouro**, em Petrolina, e **Mandacaru**, em Juazeiro, graças à ação da extinta SUDENE e da antiga SUVALE (atual CODEVASF). Em consequência de políticas públicas oficiais e de ações administrativas levadas a cabo pela CODEVASF, outros projetos de irrigação agrícola foram implantados, tais como: **Maniçoba**, **Tourão** e **Curaçá**, em Juazeiro; e

Senador Nilo Coelho e **Maria Tereza**, em Petrolina. Atualmente, os projetos **Salitre**, em Juazeiro, e **Pontal**, em Petrolina, se encontram em fase de implantação.

Referidos locais foram destinados ao assentamento de colonos para o desenvolvimento de culturas irrigadas, transformando essa região no novo "Eldorado" de desenvolvimento do sertão nordestino, o que, no imaginário coletivo, traduz-se na única possibilidade de emprego e renda para os trabalhadores rurais. Esse sonho tem sido acalentado por milhares de famílias de camponeses que desejam conseguir um lote e/ou gleba para transformar suas vidas e seus destinos de exclusão social. O processo de colonização, por conta de limitações na dotação orçamentária, somente consegue admitir a inclusão de pouquíssimos privilegiados, os quais, em regra, são selecionados através de critérios políticos. A grande parte dos sem-terra, inclusive de desapropriados para a implantação dos referidos projetos de irrigação agrícola, tem sido sistematicamente excluída dos processos seletivos.

Descontentes com a imposição desses limites e, principalmente, com a lentidão na implantação dos projetos oficiais de colonização, alguns agricultores desapropriados de suas terras para a implantação da Hidroelétrica de Itaparica, organizados pela CONTAG, pela FETAPE e pelas CPTs das Dioceses de Belém do São Francisco e Petrolina, ambas de Pernambuco, reivindicaram junto ao Governo e à Justiça Federal, na década de 1980, a destinação das áreas de terras expropriadas dos envolvidos no "escândalo da mandioca" para implantação dos primeiros assentamentos da reforma agrária nesta microrregião. Com isso, o processo regional da reforma agrária deslançou. Há atualmente, em toda a região do submédio São Francisco, 54 assentamentos implantados ou em vias de implantação, perfazendo um total de 60.277,0372 ha de áreas de terras destinadas a 2.694 famílias⁷. Todavia, mais

⁷ Fonte INCRA / Superintendência Regional do São Francisco – SR/E – Petrolina – PE.

especificamente no município de Petrolina, acham-se implantados 10 assentamentos, conforme tabela 1.

Tabela 1 - Assentamentos da reforma agrária na microrregião de Petrolina-PE

Nome do Assentamento	Área Total (ha)	Total de Famílias	Área Média do Lote (ha)	Data da Imissão de posse
Federação *	1.756,9430	25	70,0	05/07/1989
Poço do Angico *	1.494,2525	25	59,77	05/07/1989
Manga Nova *	1.525,1489	25	61,0	12.06.1990
Curimatá **	341,8519	10	34,18	19.03.1990
São Francisco *	702,2025	60	11,7033	20.12.1996
São José do Vale **	456,7800	36	12,6883	27.11.1997
Santa Maria *	1.098,6734	35	31,3906	19.06.1997
Mandacaru**	481,6786	70	6,8811	13.12.2000
Água Viva **	2.343,2716	190	12,3330	27.07.2001
Mansueto de Lavor **	714,8603	100	7,1486	11.04.2000

Fonte: INCRA Superintendência Regional do São Francisco – SR 29/E – Petrolina/PE.

* Assentamentos da Área de Sequeiro

** Assentamentos da Área Irrigada

Como visto, o desenvolvimento da luta pela reforma agrária nesta região foi influenciado pelos seus movimentos sociais, notadamente pelo MST que tem papel preponderante, juntamente com a FETAPE/CONTAG, nestas lutas a nível local. Essas instituições, aliadas aos líderes dos agricultores, passaram a ser interlocutores privilegiados nas reivindicações dos agricultores sem-terra na conquista de suas glebas, bem como nas lutas pela melhoria de sua qualidade de vida e dos processos de desenvolvimento agrícola, os quais serão analisados no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III. QUALIDADE DE VIDA E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

Neste capítulo, analisa-se em detalhes a forma como vivem, trabalham e se inserem no contexto do desenvolvimento agropecuário local os 50 entrevistados da amostra para a pesquisa, destacando-se o processo dos seus envolvimento na luta pela terra e as suas motivações, bem como a conquista da habitação, o estágio atual de alimentação, saúde e moradia, suas respectivas escolaridades e reflexos no sistema produtivo, além da renda, uso de inovações tecnológicas, seus acessos ao sistema de crédito, nível de organização social e político, o tipo de apoio técnico disponível e, finalmente, a existência de capital social.

Os agricultores que se envolveram na luta pela terra no assentamento provieram de várias cidades nordestinas e até mesmo do sul do país. Constatou-se, tanto na pesquisa de campo, quanto nos dados do INCRA, que estes eram moradores de fazendas e/ou pequenos sítios com a característica comum de serem trabalhadores assalariados ou desempregados. Outros eram arrendatários e pouquíssimos eram proprietários em áreas de sequeiro. Fez-se necessário ouvir e relatar textualmente os depoimentos dos assentados com o objetivo de se constatar quais seriam os seus olhares sobre as questões levantadas por esta pesquisa, pois suas lutas, suas vitórias, realizações e até frustrações são contribuições enriquecedoras na definição de políticas públicas para novos assentamentos da reforma agrária na região.

Dentre as várias razões do envolvimento dos agricultores na luta pela conquista da terra no assentamento, a principal decorreu do desemprego, como manifesta o agricultor P.M.F.:

"O motivo foi esse, é porque o desemprego estava grande... então a gente não tinha pra onde ir... o único lugar, a única chance que a gente tinha era isso aqui... um pedaço de terra pra gente sobreviver... então é claro que a gente tem que sobreviver da terra mesmo... a gente tem que tirar o mantimento da terra, né?"

Da mesma forma, a assentada D.M.J.S. também demonstra que o motivo do seu envolvimento foi o da falta de trabalho. Vejamos: "*Onde eu morava, não tinha como eu sustentar minha família, porque lá era área de sequeiro, não tinha empresa de trabalho, não tinha emprego, não tinha nada*". Esta mesma assentada, quando indagada sobre sua região de origem, informa: "*Eu vinha de Serrita e quando eu cheguei aqui nós não tinha casa... tinha que pagar aluguel, aí nós não tinha condição de pagar o aluguel, então surgiu o assentamento...*"

Nessa mesma direção, o assentado A.F.L. também destacou: "*Eu não tinha terra... eu arrumei essa terra aqui... tamos aqui batalhando por ela.*"

Consultado sobre o motivo de seu envolvimento na luta pela terra, o assentado J.A.M. diz, textualmente:

"Porque naquele tempo de Fernando Henrique não existia quase emprego... aí o 'caba' vivia pra aqui e acolá caçando emprego, e eu arrisquei aqui pra ver... mas veio melhorar depois que Lula entrou... já soltou uns dinheirinho... aí a gente plantou, mas não tirou porque não choveu e água a gente não tem."

Como se observa, a conquista do "pedaço de terra" para alguns agricultores do assentamento constituiu-se na principal motivação para seus envolvimento nesta luta. Nesse sentido, B.S.F. informa que: "*Nunca tive terra e sempre quis ter o meu pedacinho de terra aí, isso... me envolvi na luta com os meus companheiros*".

A mesma motivação também levou V.M.S. a afirmar que: "*Foi pra conseguir um pedaço de terra pra sobreviver na terra... pra conseguir o nosso sustento*".

Outro, também, não foi o motivo do assentado P.M.S., vejamo-lo:

"O envolvimento na luta pela terra foi conquistar uma terra pra gente trabalhar... a gente vivia aí trabalhando só pros outros e a gente conquistou a terra... teve uma melhoras... não foi muita não... é assim mesmo, assentamento é sempre devagar, mas a gente está tocando o barco da gente."

No contraponto destas anteriores motivações, alguns assentados elegem diferentes razões. É o caso de N.F.S. quando diz: *"Eu trabalhava de diária, né? Aí vim pro Mansueto pra ver se ganhava alguma terra."*

Já C.D.G. informa distintos motivos de seu envolvimento:

"A luta pela terra foi por causa dos amigos, dos outros, porque antes eles inventaram uma conversa de associados que o governo fornecia aquele dinheiro pra gente. Comprava a terra pra pagar... eu sei que a gente entrou nessas associações e então pra dar pressão no governo as associações se juntaram e invadiram essa terra aqui que fazia parte da EMBRAPA. Só pra dar pressão acabamos ganhando a terra [...] pra mim mesmo trabalhar."

Na época em que conseguiram os tão almejados lotes, as expectativas de construir um novo futuro eram grandes, mas a dura experiência vivenciada pelos assentados demonstrou que cada conquista somente ocorria à custa de muito esforço. É cediço que a cultura administrativa dos órgãos públicos de apoio à reforma agrária é de grande acomodação aos problemas e de baixa produtividade no encaminhamento e solução dos mesmos.

Na verdade, os assentados obtiveram êxitos e realizações, mas cabe indagar-lhes sobre o que construíram após ganharem a posse da terra?

A esse questionamento, N.F.S. responde que foram *"as casas, embora falta água que não tem, entendeu?"*

Neste mesmo sentido, J.A.M. afirma: *"Rapaz... só foi construído aqui pra gente as casas."*

Refletindo, de forma ainda mais clara, alguns assentados ampliam suas respostas. Esse é o caso de P.M.F., quando diz que foram:

"As casas... construiu um bocado de coisinha... a gente construiu aqui dentro... devagarzinho. Mas a gente chega junto, devagar, tudo difícil... conseguimos casa, algumas coisinhas, pouquinhas, né? ... mas pouquinhas... mas tamos batalhando... o resto que falta. Saiu o PRONAF, a gente tamos aplicando na roça... fazendo cerca, né? ... esse tipo de coisa..."

quase todo mundo tá cercando a roça... a gente estamos agora batalhando pra manter a bomba fazendo a manutenção pra poder a gente conseguir instalar na beira do rio pra jogar água pros lotes."

Nessa mesma linha de raciocínio, C.D.G. informa:

"Construíram... até agora a gente está esperando a irrigação pra construir alguma coisa, mas do esforço da gente mesmo já tem um gadinho... eu tô com um gadinho. Construí com esforço mesmo... não teve não saiu recurso pra investir."

Outro, também, no mesmo sentido é o depoimento da assentada D.M.J.S.:

"Eles lutaram muito pela terra... lavoura... eles construíram uma planta de feijão, mas na planta de feijão eles trabalhavam como diarista... venderam o feijão... só ganharam um real e cinquenta por dia... foi só o que conseguimos conquistar... aqui é mais uma coisinha de roça... milho, feijão, a casa... a gente conquistou também."

Já o agricultor B.S.F. vê as conquistas dos assentados a partir de um horizonte mais amplo, ao responder que:

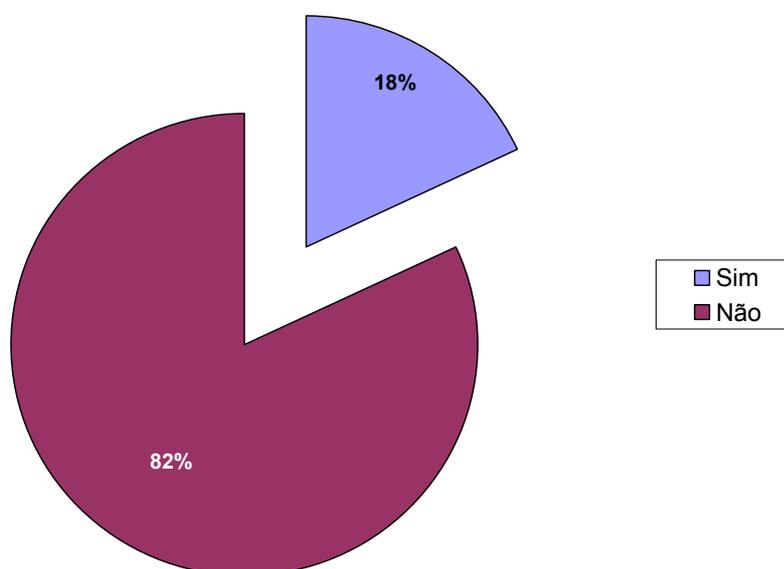
"a gente construiu muita coisa... mais perda do que ganho... é porque o Governo Federal demora muito com o recurso pra gente, não manda na hora certa... a gente só tem muita perda. Nossas casas, nossos lotes estão cercado já a adutora já está sendo concluída... falta pouca coisa."

Conclui o assentado P.M.S., informando o que construíram e expressando até um lamento: "Depois que ganharam a terra, construíram umas casinhas na roça. Outros cercaram os lotes e só trabalha. Ninguém está trabalhando não... não tem condições... não tem água".

Pelos depoimentos, observa-se a importância da conquista da casa para os assentados, construída após a aquisição da terra, tendo esta conquista significação concreta por possibilitar aos assentados o sentimento de pertencimento à comunidade. Verifica-se que os assentados possuem casas de tijolos com energia elétrica e instalações sanitárias, muito embora este assentamento ainda não conte com água

encanada. Interessante observar que 18% dos assentados possuem telefone próprio, conforme gráfico 1.

Gráfico 1 - Percentual de assentados que possuem telefones próprios.



Fonte: Pesquisa de campo.

As propostas de desenvolvimento, na visão de Nyerere (2000), devem ter, como primeiro requisito, a ação criativa dos envolvidos e, como objetivo básico, a satisfação das suas necessidades materiais e espirituais. Assim, o desenvolvimento local deve convergir para as pessoas e considerar suas lógicas e estratégias, seus próprios problemas e reconhecer suas necessidades, e enfatizar que, para tal, faz-se imprescindível à organização, a educação e o comprometimento das pessoas com esse processo.

A análise dos dados coletados com base na hipótese que norteou esta investigação e o discurso dos entrevistados confirmam que houve melhora na qualidade de vida dos assentados, levando-se em consideração suas origens de trabalhadores sem terra ou renda, a baixa ou nenhuma escolaridade, bem como o

insatisfatório nível tecnológico. Apesar da interpretação dos fenômenos observados e da análise dos depoimentos dos atores selecionados, conclui-se que os assentados ainda se encontram em situação inferior aos prognósticos estabelecidos pelos especialistas em agricultura irrigada quando da instalação do assentamento.

Pode-se acompanhar a evolução de renda de duas formas: o crescimento da renda a partir de um ponto zero, balizado por uma meta de um período dado; ou a manifestação da renda pelo uso que se faz dela. A mensuração de renda dos assentados tomou como parâmetro o uso e consumo de bens de serviço, casa própria, bicicleta ou moto, alimentação, despesas com saúde, educação e lazer.

Por outro lado, o desenvolvimento pode ser mensurado pelas modificações no sistema de relação entre as ações e as causas geradoras dos fatos observáveis. Nesse aspecto, percebem-se nos produtores alterações quanto à forma de observar, analisar e interpretar a realidade mediante novos comportamentos e atitudes em relação ao uso dos meios e a busca de soluções. Portanto, novas combinações de meios e recursos podem afetar a realidade e mudar a situação. Sinteticamente, agrupam-se os componentes de processo representados pelas variáveis de ação em investimento, tecnologia, organização e gestão.

São indicadores de investimento: culturas permanentes implantadas, posse de carroça, trator, máquinas e implementos agrícolas, curral, aprisco, cerca, pastagens plantadas e melhoradas, canais ou pivôs de irrigação, assalariados, armazéns e agroindústrias. Essas assertivas se acham em perfeita consonância com os indicadores de desenvolvimento ou de processo estabelecidos pelo INCRA (Giovenardi e Luna : 1997, pp. 18/20).

Foto 1 - Moradia de taipa dos agricultores sem terra.



Fonte: Arquivo fotográfico STR.

Foto 2 - Moradia atual dos agricultores assentados.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

As respostas dos agricultores assentados à pergunta: "no que o acesso à terra mudou suas qualidades de vida no tocante à renda, educação, saúde, habitação e tecnologia", via de regra, os assentados revelam sua pouca escolaridade e o desentendimento quanto ao assunto. Vejamos o que diz N.F.S.:

"Mudou muitas coisas, mudou bastante que a gente plantamos milho, um pouquinho. A gente tem alguma coisa, né? Mudou muita coisa... aqui ninguém sabia de nada... aqui todo mundo era bruto... não sabia de nada... plantava feijão não sabia aplicar o veneno... hoje tudo... a gente sabe das coisas... a gente plantou umas coisas e adquiriu algum recursinho para comer. As casa, um colégio muito bom pros meninos... as crianças na saúde tá levando... o médico é do município de Petrolina... atendeu aqui a semana passada."

Por outro lado, a esse propósito, L.R.C. informa:

"Bom... mudou um pouco. Melhorou um pouco porque aí é mais tranqüilo viver no assentamento. Sobre a renda até agora não melhorou nada, porque a gente não tem irrigação ainda... aí se torna tudo difícil, né? A educação pros filhos melhorou um pouco. A tecnologia tá mais ou menos... melhorou um pouco."

Ampliando a compreensão da pergunta, P.M.F. responde:

"Mudou pelo seguinte... por que se eu fosse lá fora trabalhar de empregado, então todo tempo eu era um empregado particular... nunca tinha direito a nada, não era fichado... não era nada. Então, aqui eu já consegui o pouquinho que eu já arrumei aqui, já consegui alguma coisa. Melhorou em renda, em trabalho, em tudo. Eu tenho um filho na escola, tudo aqui. A gente tem agente de saúde pra falar alguma coisa pela gente aqui e responde alguma coisa que falta, qualquer coisa a gente estamos em Petrolina..."

Por sua vez, a assentada D.M.J.S. esclarece:

"Mudou um pouquinho... mas que a vida da gente... precisa ter irrigação, que nós não temos, renda é quase nada, só de inverno é, na área de educação mudou um pouquinho porque a gente ficou sem os meninos, sem estudar e agora estão todos estudando na área de saúde, estamos esperando dar uma melhorada."

Já o agricultor D.F.L. diz textualmente:

"Mudou por essa parte, mudou porque o 'caba' quando tá morando no lugar que é do 'caba', ele é a vontade pode subir e ir mais pra frente. A renda não melhorou porque é o seguinte: não tem água e só tem oportunidade quando dar uma chuvinha e aí não tem como de aumentar mais batalhando na hora que tiver água o 'caba' ver o que vai dar. A educação e a saúde aqui tem uma melhorinhas, mas diz que vai melhorar daqui pra frente. vai ajudar o 'caba'. Não melhorou, não tem irrigação e sem irrigar..."

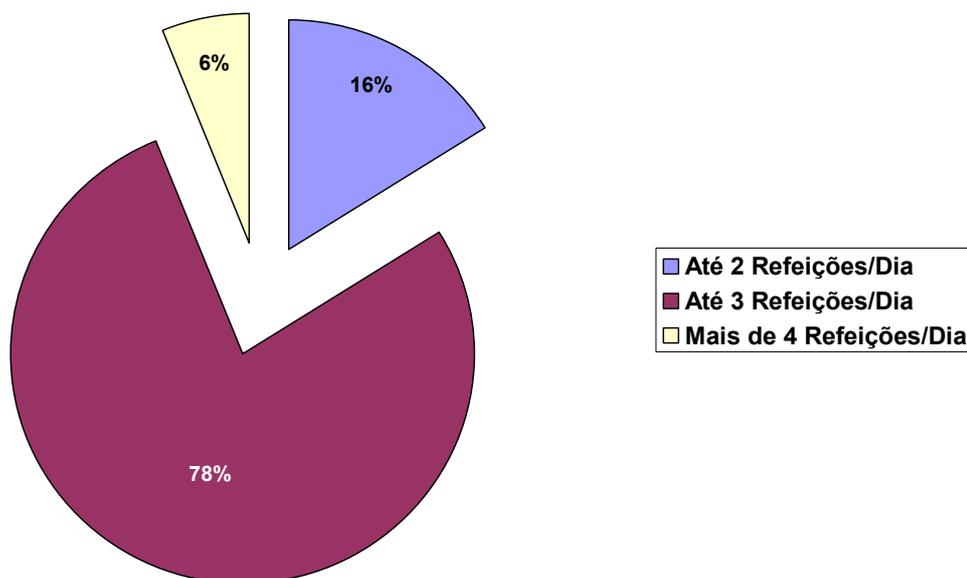
O assentado B.S.F., a esse propósito, externa uma reclamação:

"Mudou na educação. A gente tem escola pras crianças... temos a terra mas na época de inverno, a gente planta e colhe alguma coisa. A renda melhorou um pouco, não muito... é com alguns benefícios do Governo... a gente dá pra ir sobrevivendo. Na saúde não boa não, às vezes quando vem um médico aqui é raro quando vem médico, dentista, doutor que faz outras coisas também. Habitação da casa é bom... é foi casa com 5 cômodos construída... liberou o dinheiro o Governo Federal, nós construímos. A gente tem os técnicos aí pelo programa do PRONAF. Nós temos eles aí que oriente a gente em alguma coisa."

Já V.M.S. esclarece que:

"Mudou um pouco, não tanto assim, porque a gente desde que conseguiu a terra... a área de saúde quase nada, a mesma coisa quase nada, na questão financeira. A gente de vez em quando tira uma safra, ganha alguma coisa... mudou um pouco não foi muito na renda... melhorou uns 30% . A educação tá melhor um pouco... tá tendo investimento na educação aqui. Está tendo oportunidade dos jovens estudarem... dos adultos está havendo um incentivo por parte do governo. Na tecnologia, um pouco não vejo essa mudança muito não."

Os dados da situação nutricional dos agricultores assentados revelam a prioridade que o sertanejo dá à sua alimentação, em relação à satisfação de outras necessidades, pois 6% dos entrevistados afirmam fazer quatro refeições/dia; ao passo que 78%, três refeições; e apenas 16%, duas refeições, conforme gráfico 2.

Gráfico 2 - Distribuição da frequência alimentar dos assentados.

Fonte: Pesquisa de campo.

A primazia da nutrição, dentre outras necessidades básicas como as fisiológicas, de afeto, de segurança, de estima e auto-realização (Maslow, 1954), está fortemente condicionada pelo poder aquisitivo dos assentados, o que limita a quantidade e a qualidade dos alimentos ingeridos. Segundo a pesquisadora Oliveira (1998), esta primazia identifica a maioria da população pobre, independentemente de estarem nas áreas de assentamento ou não. O item alimentação demanda, portanto, a maior parte dos rendimentos auferidos por uma família pobre. Uma ração básica diária para o trabalhador urbano ou rural que despende grande quantidade de energia foi, de há muito, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 339, de 30 de abril de 1938, conforme tabela 2:

Tabela 2 - Ração diária essencial mínima por pessoa

<i>Produtos</i>	<i>Quantidade Mínima</i>
<i>Carne</i>	150 g
<i>Leite</i>	200 ml
<i>Feijão</i>	150 g
<i>Arroz</i>	120 g
<i>Farinha (de mandioca)</i>	100 g
<i>Tomate</i>	400 g
<i>Pão francês</i>	200 g
<i>Café moído</i>	10 g
<i>Banana da prata</i>	3 u
<i>Açúcar cristal</i>	100 g
<i>Óleo de cozinha</i>	30 ml
<i>Manteiga</i>	25 g

Fonte: Dec. Lei nº 399/1938

A OMS recomenda uma ingestão mínima diária de 3.170 calorias para as mulheres, e 3.544 para homens que desempenhem atividades profissionais classificadas como "pesadas". Caloria é medida de energia que equivale à quantidade de calor necessária para que se eleve de um grau centígrado a água do corpo humano. Essa energia calórica dos alimentos provém da decomposição de compostos complexos de carbono e hidrogênio. Via de regra, ela é obtida dos carboidratos, proteínas, gorduras e álcool. Uma nutrição adequada requer que os indivíduos ingiram alimentos de seis grupos básicos: grupo 1 é composto de cereais, massas, pães, raízes e tubérculos; grupo 2, de legumes e vegetais folhosos; grupo 3, de frutas; grupo 4, de carnes, ovos, nozes e leguminosas; grupo 5, de leite, iogurte e queijo; e grupo 6, de açúcares e gorduras. A recomendação nutricional é no sentido de que esses elementos sejam ingeridos de forma balanceada, o que não se verifica, no entanto, no assentamento pesquisado.

Quanto à composição das refeições diárias, apenas 20% das famílias dos assentados consomem mais de 50% dos alimentos relacionados na cesta básica oficial. Dos principais alimentos com altos índices de valor protéico, 76% não bebem leite;

62% não comem ovos; 90% não comem frutas; 46% não consomem qualquer tipo de carne e 66% não utilizam verduras e legumes em suas dietas.

Por outro lado, 10% dos assentados não fazem a primeira refeição do dia com regularidade, e o pão não é consumido por 48% dos entrevistados e seus familiares. Outros índices revelam que queijo e refrigerantes não têm sido consumidos no assentamento. Dos alimentos regionais, o cuscuz é consumido por 78% dos entrevistados e a batata-doce por apenas 8%. Surpreendentemente, a macaxeira não é consumida por 86% dos entrevistados, levando-se à suposição de que, à época da realização da pesquisa, os agricultores do assentamento não plantavam esse tubérculo.

O exame nutricional dos indivíduos pesquisados no assentamento comprovou a necessidade de que sejam adotadas políticas governamentais de suplementação alimentar e de ações de saúde pública destinadas a orientá-los no sentido de que adotem hábitos alimentares capazes de suprir suas necessidades protéicas e vitamínicas, dentre outras.

A esse respeito, Krause & Mahan (2002) afirmam que a nutrição da comunidade é influenciada por fatores como segurança, disponibilidade dos serviços de saúde e educação, e até pela política governamental de suporte aos programas de nutrição necessários à comunidade. Assim, todos os esforços devem ser executados com urgência pelos agentes públicos no sentido de monitorar a ingestão de alimentos e verificar o estado nutricional dos integrantes daquela comunidade.

Dados da Secretaria de Saúde do Município de Petrolina disponibilizados pelo SIAB⁸, referentes à equipe nº 008, sediada no Distrito de Izacolândia, que tem jurisdição sobre a área assentada, durante o período de janeiro a junho de 2004, revelam que um recém-nascido teve peso inferior a 2.500 g, equivalendo a 3,23% do total de recém-nascidos com peso normal. Também, se constatou um óbito de recém-

⁸ Fonte: Secretaria de Assistência à Saúde/COSAC - DATASUS - SIAB (Documentos oficiais).

nascido com menos de 28 dias, este equivalendo a 3,23% do total, motivado por diarreia. Um outro óbito, nesta faixa etária, ocorreu por causas não verificadas. Na faixa de 28 dias a 11 meses, felizmente não ocorreu qualquer óbito. Considerável, no entanto, foi o número de óbitos de mulheres em idade fértil, totalizando cinco casos, isto é, equivalente a 71,43%. Também foi constatado um óbito de mulher entre 10 e 14 anos, equivalente a 14,29%, e mais um por outro motivo não identificado, também equivalendo a 14,29% do total de óbitos.

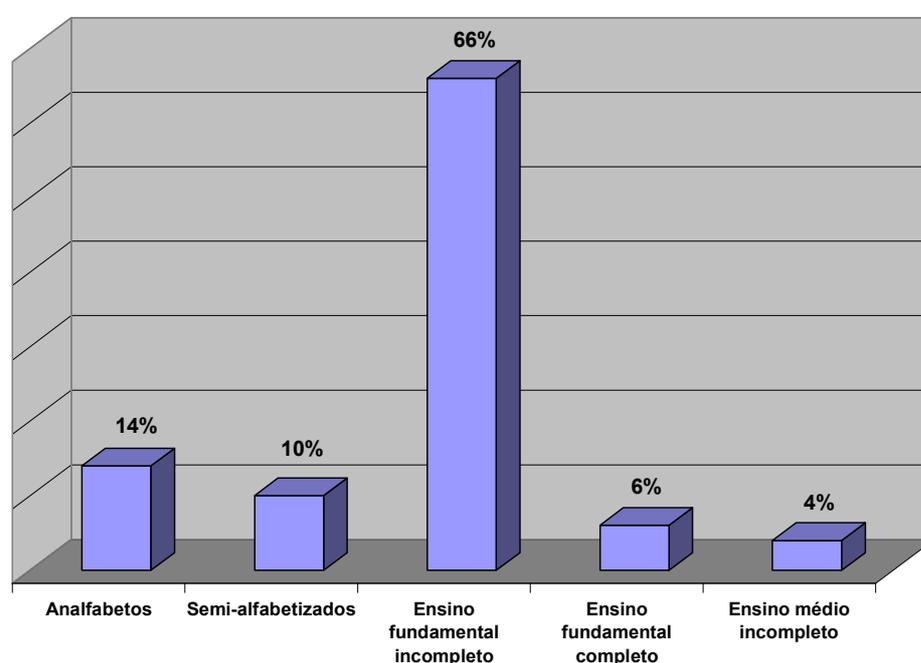
Há na região que inclui o assentamento uma criança desnutrida, correspondendo a 2,08% do total de crianças na faixa etária de 12 a 23 meses. A área conta com 118 crianças com menos de 2 anos de idade. Desse número, 5 delas tiveram diarreia, equivalendo a 4,24% do total. Todas foram devidamente tratadas. Os dados de atendimento médico demonstram também que ocorreu um caso de pneumonia em uma pessoa menor de cinco anos. Significativas foram as 10 hospitalizações por causas diversas.

Por outro lado, ficou evidenciado na pesquisa que a tecnologia de irrigação não se constituiu, ainda, em ferramenta de desenvolvimento sustentável, por faltar aos agricultores familiares deste assentamento a necessária compreensão para corrigir suas ineficiências produtivas e para se organizarem a fim de assumirem maior protagonização na sua própria história.

Estudos de Lacki (2000) indicam essas duas distorções: a ineficiência produtiva e a falta de organização grupal e comunitária dos agricultores familiares, ambas passíveis de correções por eles mesmos, como as principais causas elimináveis da falta de rentabilidade e competitividade do setor rural. Com o mesmo entendimento, a FAO indica que a maioria dos agricultores familiares poderia desenvolver uma agricultura mais eficiente, mesmo não tendo acesso a crédito bancário, e poderia competir sem a necessidade de subsídios. Esta lógica fundamenta-se na crença de que

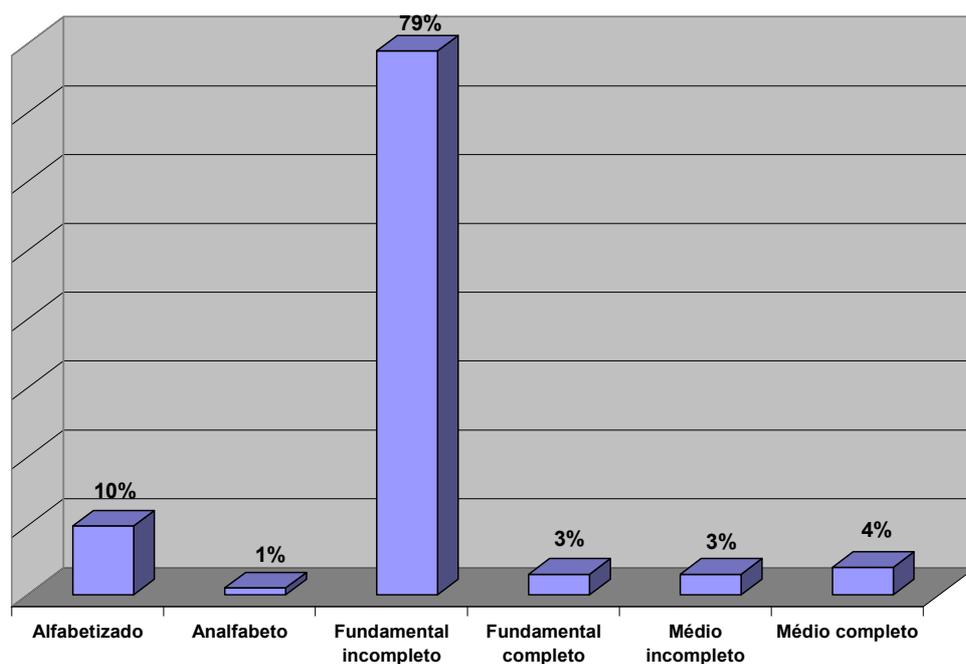
a solução para os problemas que afetam a maioria dos agricultores requer fundamentalmente insumos intelectuais e não tanto insumos materiais. No caso em estudo, verificou-se que, dos 50 chefes de família entrevistados no assentamento, 14% são analfabetos; 10%, semi-alfabetizados; 66% cursaram o ensino fundamental incompleto; 6%, o ensino fundamental completo; e apenas 4% iniciaram o ensino médio, sem, contudo, tê-lo concluído, conforme gráfico 3.

Gráfico 3 - Nível de escolaridade dos assentados.

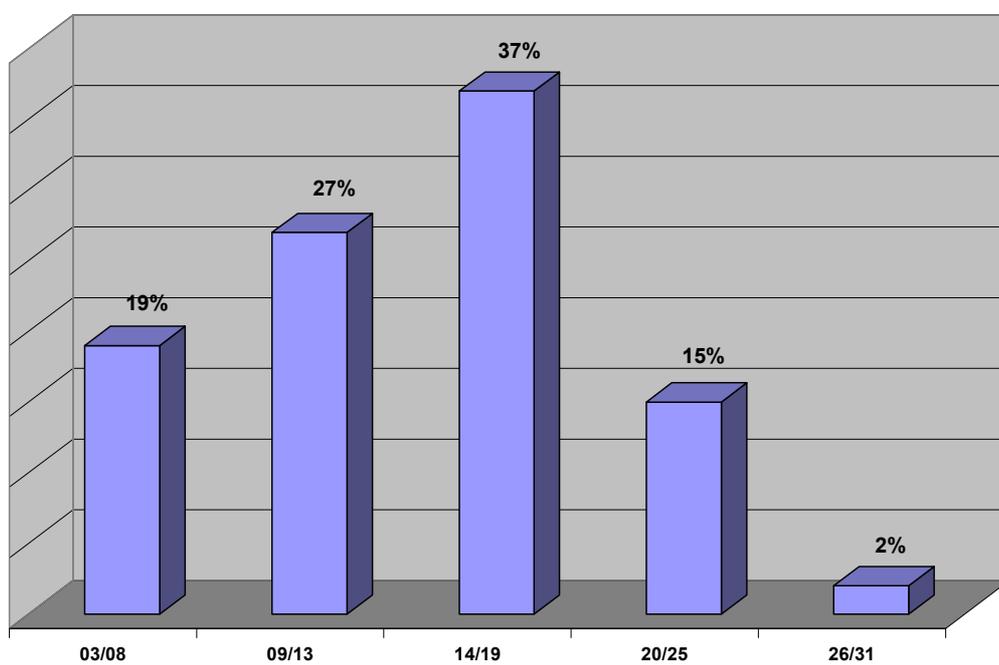


Fonte: Pesquisa de campo.

A situação dos dependentes dos assentados, no que se refere à posição educacional, apresenta-se, por outro lado, mais favorável, considerando-se que a média de idade dos mesmos é de 3 a 31 anos, e que a oferta de matrícula na área pública mais que triplicou, a partir da década de 80, conforme dados do IBGE. Isso possibilitou a essas pessoas ingressarem na escola, mesmo residindo em área rural. Ilustrando o fato, o gráfico 4 apresenta o nível de escolaridade dos dependentes, ao passo que o gráfico 5 detalha essa escolaridade, levando-se em conta a faixa etária.

Gráfico 4 - Nível de escolaridade dos dependentes.

Fonte: Pesquisa de campo.

Gráfico 5 - Faixa etária dos dependentes

Fonte: Pesquisa de campo.

O próprio presidente do Banco Mundial, James D. Wolfensohn, reconhecendo que o conhecimento é mais importante do que o capital, disse:

"Estamos acostumados a pensar no capital como um fator de produção escasso e na sua transferência como o instrumento fundamental de crescimento. O conhecimento é agora tão, se não o mais importante fator no desenvolvimento e esta situação tende a diversificar-se. Neste século, a aplicação e acumulação do conhecimento dirigirão os processos de desenvolvimento e criarão oportunidades de incrementar as desigualdades entre e dentro das nações."

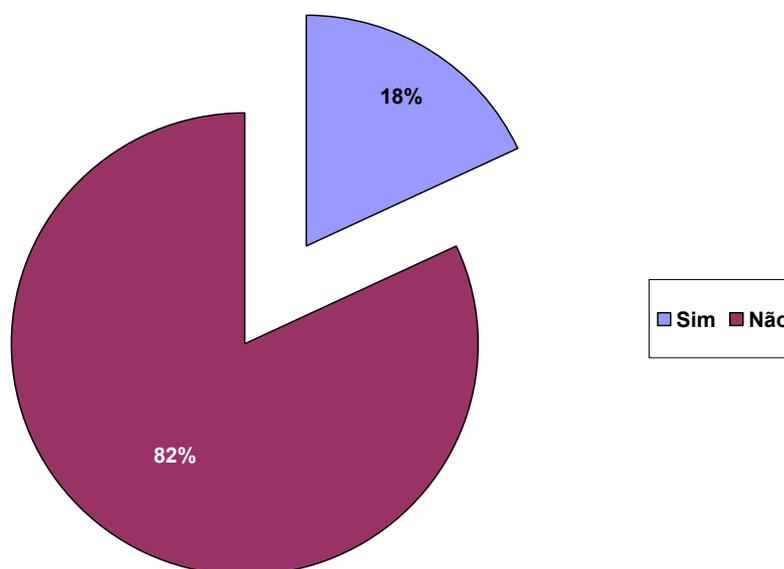
O mundo contemporâneo vive um enorme descompasso entre o que ocorre em sua dimensão concreta, material, e na sua dimensão cultural. Após a II Guerra Mundial verificou-se a intervenção governamental na economia, nas relações sociais e na formação de uma neocultura do pós-guerra. Com isso os orçamentos dos estados nacionais aumentaram e os governos passaram a assumir a função de organizador, produtor e protetor, passando a investir, subsidiar e distribuir renda.

Na década de 50 do século passado, as teorias do desenvolvimento, segundo Nicácio e Loch (2003), tinham como premissa básica a idéia de que o Estado deveria promover mudanças estruturais, cuja principal função deveria ser acelerar a industrialização e modernizar a agricultura, a infra-estrutura e a urbanização.

A partir da década de 80, a nova conjuntura econômica mundial exigiu uma reordenação competitiva das nações, principalmente na redefinição do papel do Estado e de sua relação com a sociedade que deveria ser organizada e estimulada para compreender e assumir responsabilidades pelo desenvolvimento. Mas para isso, como afirma Birkner (2003), necessário se fez investir no fortalecimento da democracia e na formação do capital social, realidades ainda incipientes entre nós e não devidamente assimiladas pelos agricultores que creditam seu insucesso ao abandono do Estado, o qual não lhes fornece créditos subsidiados e nem lhes aparelha com equipamentos e insumos gratuitos por serem "pequenos".

Embora a EMBRAPA/CPATSA disponha de um estoque de tecnologias apropriadas e de baixo custo, destinadas à agricultura familiar em sistema irrigado, tais como agricultura orgânica, produção integrada de frutas (manga, uva, coco, etc.), monitoramento da mosca-das-frutas (*Anastrepha fratercula*), da traça-do-tomateiro (*Tuta absoluta*), armazenamento de forragem nativa, ou fenação, ou silagem, ou amoniação, cabrito orgânico e barragem subterrânea, constata-se que apenas 18% dos assentados entrevistados utilizam algumas delas, conforme Gráfico 6.

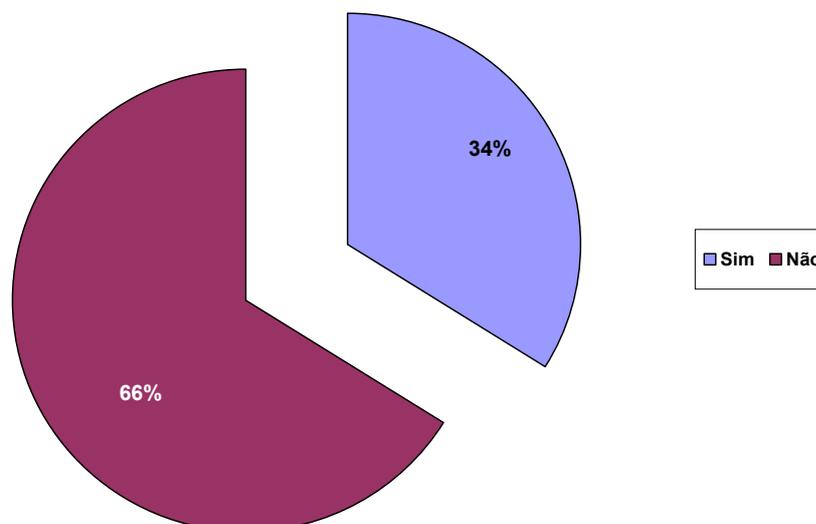
Gráfico 6 - Uso de inovações tecnológicas.



Fonte: Pesquisa de campo.

Tal fato justifica o baixo desempenho do assentamento em termos de produtividade, induzindo 34% dos agricultores a arrendarem temporariamente sua mão-de-obra nas grandes e médias propriedades, como forma de complementação da renda, cuja média verificada é de 1,05 salários mínimos, conforme gráfico 7.

Gráfico 7 - Percentual de assentados que alugam mão-de-obra.



Fonte: Pesquisa de campo

Os depoimentos dos agricultores chefes de família assentados, quanto à questão relacionada a sua independência em relação ao Estado, às entidades que apóiam a reforma agrária e aos técnicos que lhes prestam assistência, revelam por si que os agricultores ainda dependem das entidades governamentais e dos técnicos que lhes assistem. Oportuno salientar que o assentamento ainda se encontra, em fase de consolidação, a despeito de o INCRA já tê-lo emancipado. É conveniente, porém, vermos seus depoimentos, como o de N.F.S. que diz: "*Não. Me sinto muito bem com eles.*"

Nessa mesma linha é o depoimento do Sr. L.R.C., quando afirma que: "*Sem elas, ninguém consegue sobreviver... com apoio é melhor, né?*"

Mais explícito ainda é o depoimento do agricultor P.M.F.:

"[...] A gente precisa de apoio, justamente daqueles técnicos, do pessoal da prefeitura. A gente... tudo precisa deles. A gente precisa bem... bastante da prefeitura porque a gente nem água nós temos na vila ainda... bebe água de um canal aqui, sabe? Carregando de animal, então isso eu achava bom que já tudo

certo pro prefeito dê uma ajuda... aí entra INCRA, Prefeitura e a gente coloca água aqui... melhor mais ainda."

De igual modo, C.D.G. reconhece:

"[...] Não me sinto ainda independente porque não saiu o que a gente pretende... dinheiro pra trabalhar o recurso praquê a gente depende da irrigação, sem irrigação aqui a gente não tem muito futuro não. A terra é pouca não dá pra criar em área de sequeiro não. Não tem área de sequeiro pra criar, a gente... só vai irrigando."

Na mesma direção, diz a assentada D.M.J.S.: *"A gente se acha dependente assim porque a gente não pagou... enquanto a gente não pagar, a gente se sente dependente deles"*. Por outro lado, enfocando uma preocupação com as dívidas já contraídas, B.S.F. coloca: *"Eu me sinto dependente porque a gente passou a dever ao Governo Federal... eu me sinto dependente dele"*.

Seguindo essa linha de raciocínio, o assentado P.M.S. confessa: *"Depende sim. A gente precisa da reforma agrária, aliás de todos eles... entidades, sindicatos, todos eles"*. O único que, em seu depoimento, destoa dessa constatação de relação de dependência foi, sem dúvida, V.M.S., quando diz: *"Não com certeza, que não dependo muito dele"*.

A despeito desses pequenos e momentâneos insucessos, o assentamento é composto de pequenos agricultores familiares, os quais receberam áreas irrigáveis em glebas de tamanhos similares. Todos eles consideram eficiente a assistência técnica que recebem na perspectiva de que a presença física do especialista que tem essa atribuição e que comparece quando há necessidade de combate a pragas e doenças.

A presente pesquisa provou que as 50 famílias dos entrevistados do assentamento contam com um total de 233 integrantes, incluindo-se os entrevistados. O grau de parentesco se compõe principalmente de filhos, noras, genros, netos, enteados, pais e agregados. Suas idades que variam de 08 meses a 75 anos, tendo dentre estes 55% com idades que variam de zero a 20 anos. O assentamento é

constituído de uma população jovem, o que possibilita a adoção de políticas públicas educacionais e de capacitação tecnológica, visando aprimorá-los no desempenho da atividade da agricultura irrigada. Referidos dados são demonstrados na tabela 3.

Tabela 3 - Distribuição de frequências da composição familiar dos entrevistados no assentamento por faixa etária, em números e percentuais.

Faixa Etária	Frequência	Percentual
01-10	56	24,03
101-20	73	31,33
201-30	37	15,88
301-40	26	11,16
401-50	22	9,44
501-60	11	4,72
601-70	5	2,15
701-80	3	1,29

Fonte: Pesquisa de campo.

Por outro lado, a composição familiar dos entrevistados no assentamento, por grau de parentesco, revela ainda que 57,08% são filhos dos assentados entrevistados; 16,73%, cônjuges; 3%, netos; 0,87%, genros/noras; e apenas 0,87% são agregados, conforme tabela 4.

Tabela 4 - Distribuição de frequência da composição familiar dos entrevistados no assentamento por grau de parentesco, em números e percentuais.

Composição familiar	Frequência	Percentual
Chefe	50	21,45
Cônjuge	39	16,73
Filho/filha	133	57,08
Genro/nora	02	0,87
Neto/neta	07	3,00
Agregado	02	0,87

Fonte: Pesquisa de campo.

As narrativas sobre o modo como considera suas vidas de assentados revelam o nível de satisfação com a sua condição atual. Nesse sentido, N.F.S. diz simplesmente que é "*muito bom, né?*". Enquanto B.S.F. vai mais além e informa:

"Minha vida como assentado é muito boa. Eu nunca tive uma casa pra morar, terra pra plantar e hoje tenho pra mim... tá bom demais."

Na sua resposta, P.M.S. ainda enfoca a conquista da posse da terra e a sua relação com a pergunta, ao afirmar:

"Considero que só ter conquistado a terra já é muita vantagem, a gente pensava que não ia ganhar essa terra, porque logo do Governo Federal, né? A gente entrou aqui, na dúvida, mas não foi tão difícil, porque ele é que pode socorrer as pessoas que precisam porque ele é dono de tudo, aliás dono de tudo é Deus, mas depois é ele que resolve muita coisa."

Por outro lado, fazendo uma avaliação mais crítica, L.R.C. diz: *"Mais ou menos, né? De qualquer maneira, está melhor"*. Já o agricultor J.A.M. externa suas preocupações: *"Rapaz é que nem eu digo, se saísse um recurso pra gente botar água, melhorava mais... até agora está ruim. Estou com medo de passar fome."*

Perguntado sobre como seria sua vida fora do assentamento, o agricultor L.R.C. chega a afirmar:

"Seria pior, né? Porque aí já ia correr atrás de emprego... seria mais difícil aqui. A gente mesmo que não tem assim... irrigação. Mas a gente vai fazendo alguma coisa e trabalhando lá fora e tal... aí vai sobrevivendo mais fácil."

Também o assentado P.M.F. lembrando seu passado informa:

"Eu acho que seria pior mesmo a gente batalhando aqui, mas o pouco que a gente arruma é como falei ainda agora, né? A gente arruma não é boa coisa meio, mas a gente batalha e a gente arruma."

Relembrando sua anterior condição de assalariado, C.D.G. declara: *"Seria pior porque o salário mínimo não dá pra sobreviver... a gente espera ganhar mais"*.

Nesse rumo, também declarou A.F.L.: *"Sair daqui vamos batalhar de empregando, morando de aluguel"*. Esse também é o pensamento de B.S.F. ao declarar:

"Com certeza pior, né? Porque lá fora a sobrevivência tá pior do que a gente no campo com o seu pedaço de terra pra trabalhar sua casa pra morar sem pagar aluguel, né?"

Já o assentado, revelando sua frustração as dificuldades atuais, P.M.S. diz textualmente: *"Pior, considero pior, porque hoje eu não pego mais emprego... por causa da idade"*, ao contrário do que afirma o agricultor N.F.S.: *"Seria pior, muito pior, aqui é melhor. Porque a gente tem uma terrinha pra plantar qualquer coisa. A gente planta um feijãozinho e a gente vai sobrevivendo"*.

No universo das perguntas formuladas, há considerações de assentados que destoam das demais. Vejamos, a propósito, o que declara o primeiro deles, J.A.M.: *"Rapaz... é quase a mesma coisa, que por enquanto eu não tenho terra... só tô assentado mesmo. Num recebi documento. Não tenho nada. Tô voando"*.

Já V.M.S., em dúvida, declara: *"E nem sei lhe responder essa pergunta. Eu acho que não seria pior não... não está das piores aqui dentro não... uma vida que dá pra viver"*.

As considerações dos entrevistados, no tocante ao que julgam ser vida boa para alguém, revelaram claramente suas preocupações com a saúde pessoal e a de seus familiares, e ainda com a alimentação. A tudo isto, soma-se o desejo de adquirir certos bens de consumo. Vejamos esses depoimentos. Inicialmente o assentado L.M.C. declara ser: *"Saúde, criar assim um criatório de gado, né? e possuir um carro era bom. Saúde eu já falei... só isso mesmo."*

Por sua vez, o agricultor P.M.F. diz também ser: *"Saúde, é a gente ter as coisas mais fácil, né? Assim um pouco e tem o pessoal de agente de saúde... esse tipo de coisa... a gente se sente melhor"*.

O assentado C.D.G esclarece: *"Eu considero como uma vida boa, primeiramente saúde, e ter uma fonte de renda da roça... ter saúde, trabalho e ter uma renda pra mim é uma vida boa"*. Já V.M.S. assegura ser: *"Conseguir o seu sustento..."*

dar uma boa condição de vida pra sua família, e sobreviver com condições que der pra pessoa viver assim com saúde, alimentos..."

Bem mais analítico ainda é o agricultor P.M.S. ao declarar:

"Vida boa é a pessoa ter saúde, ter onde trabalhar, ter um descanso não ser tão sujeito como a gente era antes... sujeito aos outros eles faziam da gente o que queriam fazer, e hoje a gente sofrendo assim... mas a gente está tranquilo no dia que quiser trabalhar vai... no dia que não quiser, passa do jeito que Deus quiser."

De igual modo, o assentado J.A.M. declara:

"A vida boa é o 'caba' ter o que comer suficiente e arrumar um dinheirinho pra ir sobrevivendo, e poder comprar um medicamento quando adoecer, que aqui o 'caba' nem arruma pra comprar água boa, tratada... ter saúde porque aqui o 'caba' não arruma isso não."

Revelando sua condição feminina, a assentada D.M.J.S., demonstra o sentimento de proteção à família: *"Bom... o que eu acho é que a gente ter um pedaço de roça pra trabalhar, manter os filhos na escola, e eles trabalhando na roça mais nós"*.

Por sua vez, o agricultor A.F.L. externa outra preocupação com sua atividade agrícola, dizendo: *"Ter uma vida batalhando, ter irrigação, pois sobreviveria direto da irrigação"*.

No mesmo sentido, B.S.F.: *"Uma vida boa? Ter uma vida digna, ter... poder plantar, colher, vender, ter com fartura em casa pra comer... pra mim é uma coisa muito boa."*

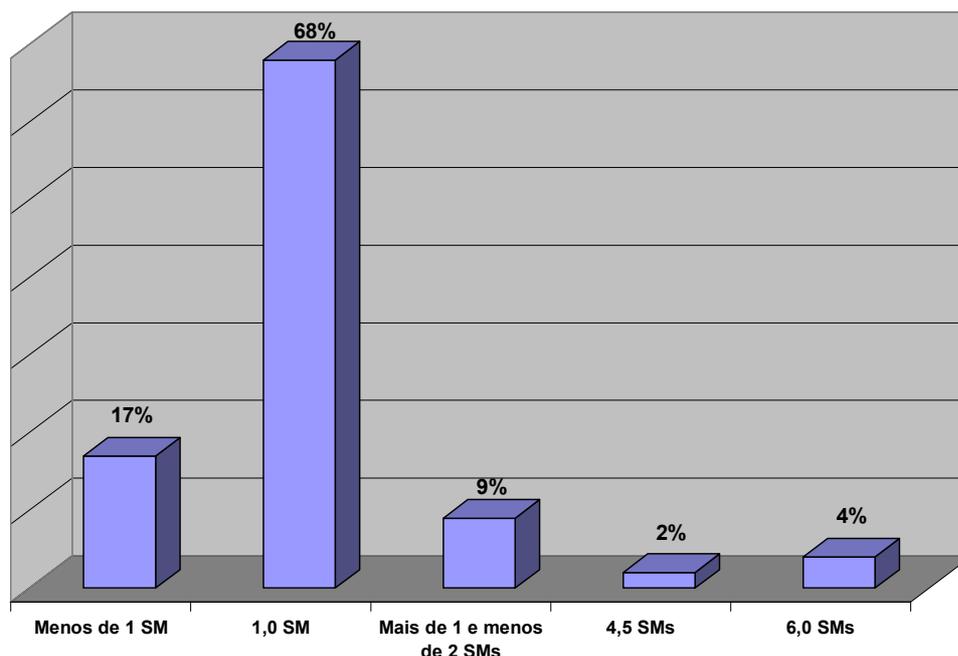
Conclui o assentado N.F.S.: *"Considerando muito uma vida boa, e colocar água no lote, o governo soltar recurso pra gente plantar... se manter e a família."*

Todos esses depoimentos revelam, de uma ou outra forma, que o universo do agricultor familiar corresponde à dimensão de um mundo baseado nos valores da tradição e do enraizamento como sendo este uma vinculação à terra. Seu projeto de

vida é a reprodução familiar, vivenciada em um sistema econômico que respalde essa aspiração de manutenção do núcleo familiar, o qual se pretende desenvolver em região de agricultura irrigada, de certo modo em conflito com a economia globalizada e altamente competitiva.

Dentre os assentados e seus familiares que trabalham, verificou-se que apenas 52 possuem algum tipo de rendimento. Por incrível que pareça, três chefes de família dos assentados entrevistados, equivalentes a 6%, declararam não auferir qualquer tipo de renda, sobrevivendo, segundo suas próprias palavras, mediante ajuda material de vizinhos e familiares. Esse dado estatístico, por si só, não invalida a hipótese de que houve melhora na qualidade de vida dos assentados, pois 94% dos assentados entrevistados auferem renda significativa.

Na aferição do nível de renda, adotou-se o procedimento metodológico de se efetuar um corte, a partir da faixa etária igual ou superior a 16 anos, nos membros da família, tendo em vista ser esta a idade legalmente admitida para que o trabalhador esteja apto a labutar e comumente possa auferir renda. Ao assim se proceder, constatou-se que mensalmente 17% dos membros trabalhadores das famílias pesquisadas ganham menos de 1 salário-mínimo; 71%, 1 salário-mínimo; 10%, entre 1 e 2 salários-mínimos; 2%, mais de 4,5 salários-mínimos; e, por fim, 2%, 6 salários-mínimos, conforme gráfico 8.

Gráfico 8 - Distribuição de níveis de renda.

Fonte: Pesquisa de campo.

É importante destacar que o assentado que percebe 4,5 salários mínimos é técnico da RECAT. A RECAT, além da COOPAGEO, presta serviços de assistência técnica aos assentados na elaboração de projetos financiados pelo Banco do Brasil, na linha de crédito PRONAF "A". Este é um programa do Governo Federal, cujo objetivo é o fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável da economia local, mediante ações de curto prazo direcionadas para as regiões Norte, Nordeste, Vale do Jequitinhonha e Mucuri.

É dado expressivo que 88% dos entrevistados afirmem ter renda mensal de até um salário-mínimo. Anualizando-se referida renda, chega-se ao total de R\$ 3.120,00, superando, portanto, a renda média monetária e não monetária anual a nível nacional, que é de R\$ 2.283,00 por estabelecimento para categorias familiares, conforme tabela 5.

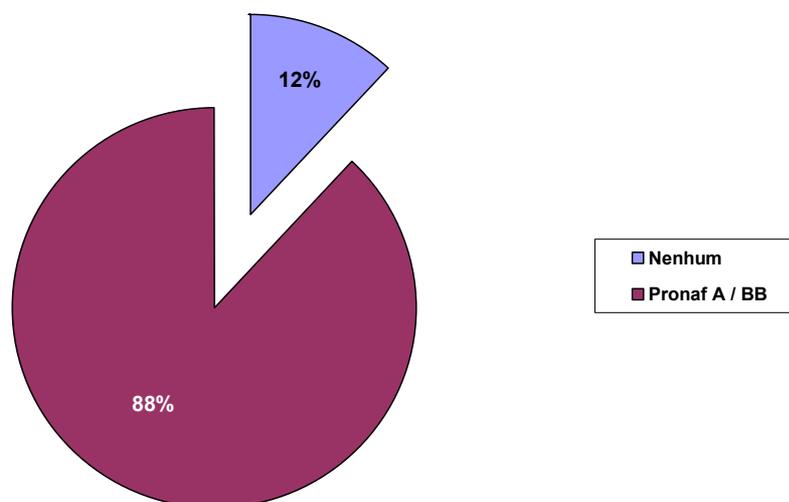
Tabela 5 - Renda média por estabelecimento de categorias familiares por tipo de renda nos assentamentos da reforma agrária.

Categorias	Total(R\$)	Renda Média	
		Monetária (R\$)	Não Monetária (RS)
Total	1.762	1.233	529
Total Familiar	1.159	696	463
maiores rendas	10.555	7.730	2.825
menores rendas	2.283	1.397	886
renda baixa	997	520	477
quase sem renda	226	54	172

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE- ref. período de 01/agosto/1995 a 31/julho/1996.
Elaboração: Convênio INCRA/FAO.

A análise econômica da renda dos assentados pesquisados não levou em consideração os dados quantitativos da atividade produtiva, tendo em vista ter sido constatado que o assentamento não apresentou significativa produção agropecuária durante o período de outubro de 2003 a abril de 2004, quando a presente pesquisa foi realizada. Isso ocorreu por causa do atraso na liberação de financiamentos para a aquisição de equipamentos de irrigação por parte das instituições de crédito oficiais e, sobretudo, em decorrência de adversidades climáticas.

Na realidade, a economia agrícola do assentamento ainda está em fase incipiente, não se verificando excedentes de produção que possam ser comercializados no mercado. Constatou-se, ademais, que 88% dos assentados tiveram acesso a financiamento agrícola na linha de crédito do PRONAF "A", intermediado pelo Banco do Brasil. Todavia, no tocante à informação de que 12% dos assentados teriam deixado de receber o crédito acima mencionado, esta não foi confirmada pela instituição bancária, tudo conforme Gráfico 9.

Gráfico 9 - Distribuição de freqüência de assentados que recebem crédito agrícola

Fonte: Pesquisa de campo.

Outro fator que inibiu a produção no assentamento, no primeiro trimestre de 2004, foi indiscutivelmente a incomum densidade pluviométrica que se acumulou na microrregião de Petrolina. Essa chegou a 610 mm e se constituiu na maior concentração de chuvas em um único trimestre que se tem registro, superando a média histórica do período, que é de 279 mm. O desvio absoluto em relação à média anual foi de 331 mm, correspondendo ao percentual de 119%, conforme tabela 6.

Tabela 6 - Precipitação pluviométrica média acumulada, média histórica, desvios absolutos e relativos ao período de janeiro a março de 2004, nas microrregiões de Pernambuco.

Sertão (MRH)	Total (mm)	Média (mm)	DA (mm)	DR %
Araripina	796	395	400	107
Salgueiro	689	351	338	99
Pajeú	625	351	274	78
Moxotó	555	253	301	119
Petrolina	610	279	331	119
Itaparica	608	258	350	136

Fonte: Instituto Tecnológico de Pernambuco – ITE / (LAMEPE)

Esse fenômeno contribuiu significativamente para as perdas nas culturas agrícolas de toda região, quer no âmbito da fruticultura irrigada (uva de mesa, manga tipo exportação e coco), quer – e principalmente – na cultura de subsistência dos assentamentos da reforma agrária, os quais cultivam basicamente feijão, milho, mandioca, etc. Para se ter uma noção dos prejuízos infligidos à agricultura de subsistência, uma das culturas, a do feijão, variou significativamente de preço em razão desse incidente climático.

Foto 3 - Produto colhido para consumo.



Fonte: Arquivo fotográfico STR/Petrolina.

A assistência técnica para a organização de uma cooperativa de comercialização da produção no assentamento é executada por um coordenador de atividades e por um técnico agrícola da COPAGEO. A extensão rural é feita por um coordenador de atividades e por um assessor técnico, ambos da RECAT. Esses trabalhos de assistência técnica e extensão rural ocorrem por força de um convênio celebrado entre o INCRA e o STR/Petrolina. Este é que coordena e supervisiona a ação

dos técnicos. A pretensão das entidades cooperativas que prestam assistência técnica e extensão ao assentamento é dar suporte à condução e ao manejo das culturas e, ainda, organizar a produção e a comercialização.

Todos os técnicos que ali atuam são unânimes em reconhecer as dificuldades vivenciadas pelos agricultores no assentamento, porém as atribuem aos próprios agricultores. I.J.M., coordenador de atividades da COPAGEO, que atua na área desde janeiro de 2004, afirma que "[...] *uma das dificuldades é a própria sensibilização do agricultor [...]*" para vivenciar novas e complexas experiências, para produzir e comercializar seus produtos.

Segundo este técnico, a maior dificuldade "*está relacionada com a questão de crédito*". Todavia, essa é uma constatação também verificável em qualquer assentamento da reforma agrária nesta região, pois as linhas de crédito não dispõem de recursos suficientes para financiar os projetos em andamento. Dessa forma, alguns projetos dos assentados do Mansueto de Lavor, a exemplo da criação de bovinos, caprinos e ovinos, e da fruticultura irrigada (manga, coco, acerola, etc.) ainda se encontram em compasso de espera, quer por falta de crédito bancário, quer em razão da burocracia existente nos órgãos públicos ou nas instituições de crédito. Ainda, conforme o técnico, "*a esperança dos assentados reside na celebração de um convênio com a CONAB para venderem antecipadamente a produção de feijão-macassar e milho ao governo federal, para serem distribuídos às populações carentes através do Programa Fome Zero*".

Embora o assessor técnico da RECAT, A.P.A., afirme que "[...] *orienta o agricultor na hora do investimento no campo [...]*", verificou-se que o sistema de irrigação agrícola individual escolhido pelos agricultores poderia ser otimizado se tivessem optado por colocá-lo de forma transversal, de modo a atravessar todas as

glebas, e não no sistema escolhido, isto é, "lote por lote". Este técnico é um dos assentados no Mansueto de Lavor.

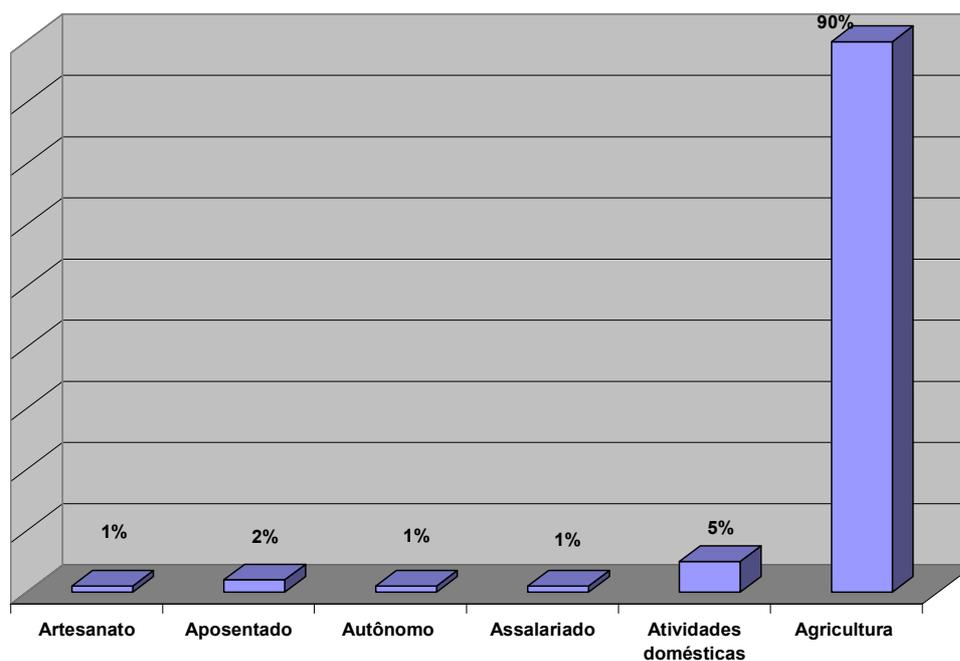
A visão do Coordenador de Atividade da COPAGEO, I.J.M., é mais realista, na medida em que reconhece ser necessário percorrer "*um longo processo de discussão, capacitação, educação e treinamento [...]*" dos assentados para que seus empreendimentos possam ser finalmente viabilizados. Tanto quanto os assentados, os técnicos compartilham da esperança de que o assentamento possa superar os entraves atuais ao seu desenvolvimento.

Providência urgente que se requer é o procedimento de levantamento detalhado do solo para permitir a caracterização do seu tipo e composição físico-química, de modo que os agricultores do assentamento optem por culturas adequadas às exigências daquele tipo específico de solo. Assim, é preciso que a extensão rural que ali atua instrumente os meios para solucionar suas próprias dificuldades e aquelas que hoje atingem os agricultores, a saber: falta de pessoal preparado para exercer a função; falta de uma estrutura eficiente para viabilizar a sua atuação; construção de uma ligação entre a pesquisa e extensão, de modo a disponibilizar aos agricultores as tecnologias produzidas; bem como, que se efetive a montagem de um banco de dados para diagnóstico das situações.

Há urgência em se gestar novo modelo de desenvolvimento que inclua o repensar da extensão rural, cuja forma de interação com os agricultores deve ser dialógica e democrática, a fim de que a construção do conhecimento ocorra a partir das necessidades dos próprios agricultores. Para Weid (1988), torna-se necessário compreender a dinâmica social e produtiva dos agricultores familiares em sua enorme diversidade, sendo este o ponto de partida para indicar quais as alternativas técnicas a avançar, em que ritmo e com qual estratégia.

Dentro dessa visão, o desafio da extensão rural deve ser a incorporação da agricultura sustentável às políticas de desenvolvimento, o que exigirá a construção de uma metodologia de ação que estabeleça a interação com o agricultor, de forma horizontal e que promova sua efetiva participação na construção do desenvolvimento local.

Na forma como ocorre no assentamento, a extensão rural ocorre de forma compartimentada, casual e sem nenhuma interação com os outros campos de atividade das glebas. Essa extensão também se vincula predominantemente à questão agrícola, como se fosse esta, talvez, a única dimensão dos assentados, o que, na verdade, assim não se configura, já que, embora todos os assentados desenvolvam esta atividade, existem aqueles que, seguindo uma tendência mundial, acumulam, com esta, outras funções. Ainda segundo dados da pesquisa, 90% dos assentados desempenham atividades agropecuárias, laborando no assentamento e em fazendas da região, ao passo que os 10% restantes desempenham outras atividades, tais como domésticas, artesanais, assalariadas, autônomas e até mesmo a inatividade, como no caso de aposentados, conforme o gráfico 10.

Gráfico 10 - Distribuição de profissões e ocupações.

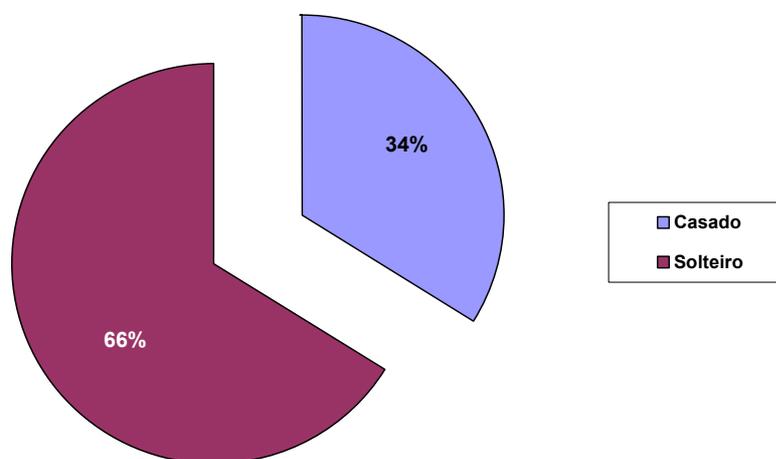
Fonte: Pesquisa de campo.

Como visto, o espaço rural não se define mais, segundo os padrões convencionais que o relacionavam diretamente ao setor agrícola. É grande o número de pessoas residentes na zona rural que se ocupa de atividades não-agrícolas, bem como é de igual modo grande o número de agricultores que busca em outras ocupações fontes alternativas de rendimentos. Essa adaptação do agricultor familiar ao processo de produção diversificada deve ser encarada como nova fase, identificando a sociedade pós-moderna, devendo-se ressaltar que lamentavelmente essas múltiplas atividades buscadas pelos assentados são para assegurar uma renda mínima para a sua sobrevivência.

Dos agricultores hoje são requeridas habilidades, atitudes e valores antes dispensáveis, a fim de que eles estejam preparados para enfrentar, com eficiência e eficácia, as demandas que lhes são colocadas. Mesmo 86% deles tendo acesso ao crédito bancário, 82% usando adubos nas plantações, 90% plantando sementes melhoradas, 86% usando inseticidas e/ou fungicidas e 62% usando herbicidas, eles não

conseguem otimizar a produtividade. Isto pode ser explicado por vários fatores, dentre eles, o baixo nível de informação tecnológica, o atraso na liberação dos financiamentos e na compra dos equipamentos de irrigação. Outro fator, ainda a considerar, refere-se ao fato de que 68% dos assentados entrevistados se declararam solteiros, não tendo qualquer família constituída na área do assentamento, conforme o gráfico 11.

Gráfico 11 - Distribuição de frequência do estado civil dos assentados.



Fonte: Pesquisa de campo.

Com área total de 714,8603 ha, dos quais 300 com solos adequados à irrigação, constatou-se que à época da pesquisa apenas 50 ha estavam ocupados com plantios irrigados, o que significa 16,66% do total da área ocupada. Essa situação reflete a subutilização das terras, as quais, na região, são muito cobiçadas, dada a sua raridade, capacidade produtiva e possibilidades de ganhos maiores nas demais áreas agrícolas.

Aliado aos fatores anteriormente mencionados, vale ressaltar, ainda, o baixo capital social entre os agricultores como fator desagregador. Oportuno informar

que quando receberam a posse da terra, lá havia três pivôs centrais com capacidade para irrigar 270 ha. Tratava-se de equipamentos que operacionalizavam tecnologia de ponta e poderiam ser administrado pela Associação de Produtores, caso eles fossem transformados em bem coletivo. Seu funcionamento, no entanto, implicava em planejamento não apenas técnico, mas também político, no tocante à definição de qual a cultura que deveria ser plantada. A interpretação dos fatos narrados pelos assentados sugere um descontentamento com tal procedimento, por se sentirem ameaçados em sua autonomia, até pelas práticas individualizadas que executaram ao longo de suas vidas, razão pela qual optaram pela venda dos equipamentos e pela conseqüente implantação de sistemas individuais de irrigação em suas glebas.

Foto 4 – Um dos pivôs centrais que existia no assentamento



Fonte: Arquivo fotográfico STR.

A venda dos equipamentos, por conseguinte, parece evidenciar a inadequação das ações formuladas de cima para baixo, sem a participação dos envolvidos. A própria associação de assentados se caracteriza, não como instrumento gerencial capaz de apoiar os envolvidos em todas as etapas do processo, mas

principalmente como imposição do setor financeiro nas eventuais concessões de crédito. Para eficácia da participação, esta deve estar vinculada ao capital social, o qual se compõe de conjunto de fatores culturais que aumenta a propensão dos atores sociais, visando colaborar e empreender ações coletivas, de maneira a facilitar a formação e a consolidação das identidades locais, essenciais ao processo de desenvolvimento.

Tal participação deve ser compreendida como processo social capaz de propiciar interferências na realidade social, destacando-se dois aspectos. Um é seu caráter de elemento essencial à democracia e o outro é seu importante papel instrumental, derivado da funcionalidade de participação para a articulação de atores sociais e para a viabilização de processos de capacitação e de aprendizado coletivo, os quais são extremamente relevantes na promoção do desenvolvimento.

A falta de participação dos atores sociais nas atividades comunitárias é apontada, na literatura produzida pelas principais instituições nacionais e internacionais de desenvolvimento, como sendo uma das principais causas do fracasso de políticas, programas e projetos de diferentes tipos. Para se ter uma idéia, o relatório denominado *Participatory Development and Good Governance*, do Comitê de Estudos da JICA, órgão do governo japonês responsável pela implementação dos programas e projetos de cooperação técnica com os demais países, o qual foi citado por Bandeira (1999), define o desenvolvimento participativo como:

"[...] uma abordagem de desenvolvimento que é concebida com a finalidade de aumentar a sustentabilidade e a auto-suficiência e de alcançar a justiça social por meio do melhoramento da qualidade de participação dos indivíduos..."

Mesmo alguns aspectos da vida comunitária que, aparentemente não têm relevância econômica direta, como participação em clubes de serviços ou entidades sportivo-culturais, passaram a ser considerados relevantes na explicação do desenvolvimento, à medida que ajudam a aproximar os membros da comunidade e

fortalecer os laços de relacionamentos existentes entre eles e, ainda, tornando-os culturalmente mais propensos a colaborar para enfrentar problemas comuns.

Segundo documento da OECD (1996), a cooperação para o desenvolvimento pode também postular, na atualidade, a responsabilidade por contribuições para uma ampla gama de fatores importantes para o desenvolvimento sustentável, o que é meio qualificável. Esses fatores abrangem desde a melhoria da capacidade para administrar políticas econômicas e sociais até a crescente atenção dada a temas como responsabilidade perante o público, obediência à lei, respeito aos direitos humanos, aumento da participação comunitária, acumulação do capital social e a preocupação com a sustentabilidade ambiental.

Para Putnan (1999), numa comunidade rural em que um agricultor ajuda o outro a realizar suas tarefas e os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite que cada um dos agricultores possa realizar seu trabalho com menos capital físico sob a forma de utensílios e equipamentos. Da maneira como ocorre com o capital convencional, os que dispõem de capital social tendem a acumular mais. Ao longo dos séculos, cada grupo social vem adotando formas diferentes para lidar com os dilemas da ação coletiva. Mas está claro que, onde há vínculos mais horizontais, os níveis de desempenho econômico e institucional são cada vez mais elevados.

O resultado da pesquisa demonstra que 100% dos entrevistados não dispõem de local adequado para destinar as embalagens de agrotóxicos utilizadas (cemitério de embalagens), conforme foto 5. Os dados demonstram, ainda, que os agricultores pesquisados não têm qualquer consciência ecológica. Ecologia, neste trabalho, é entendido como ciência que estuda a relação entre os seres vivos e seu ambiente (Darwin), e que, ademais, tem como seu objetivo fundamental o ecossistema (Giuliani, 1998).

Foto 5 - Cemitério de embalagens tóxicas



Fonte: Arquivo fotográfico do autor

A ecologia, como ciência, surgiu muito recentemente, resultante de uma revolução ocorrida no campo das ciências. As contribuições do biólogo alemão Ernst Haeckel, com a sua obra "Morfologia Geral dos Organismos" (1866), para a proposição de um conceito de **ecologia** e de **biocenose**, contido em sua obra "As ostras e sua economia" (1872) e outros conceitos atuais, se constituíram nos paradigmas mais relevantes desta ciência, o que possibilitaram a construção de sua identidade própria. Esta revolução científica e cultural resultou da tomada de consciência do homem moderno ante os efeitos do então modelo de desenvolvimento gerado pela Revolução Industrial, os quais causaram graves desequilíbrios nos vários ecossistemas. Os desequilíbrios ecológicos causados pelos processos bioquímicos utilizados na agricultura interessam particularmente aos agricultores familiares.

Suas práticas incorretas podem comprometer o patrimônio desta e das futuras gerações, para não falar nos danos à própria saúde dos agricultores e dos

consumidores dos seus produtos. A tomada de consciência para o surgimento de uma ética ecológica representa expansão e recuperação dramática da experiência moral da humanidade (Leis & D'Amato, 2001).

Os equipamentos comunitários existentes no assentamento constituem-se apenas de um trator, poucos implementos e uma forrageira agrícola, conforme foto 6 e 7.

Foto 6 - Trator e forrageira comunitários do assentamento.



Fonte: Arquivo fotográfico STR/Petrolina

Foto 7 - Implementos agrícolas comunitários do assentamento.

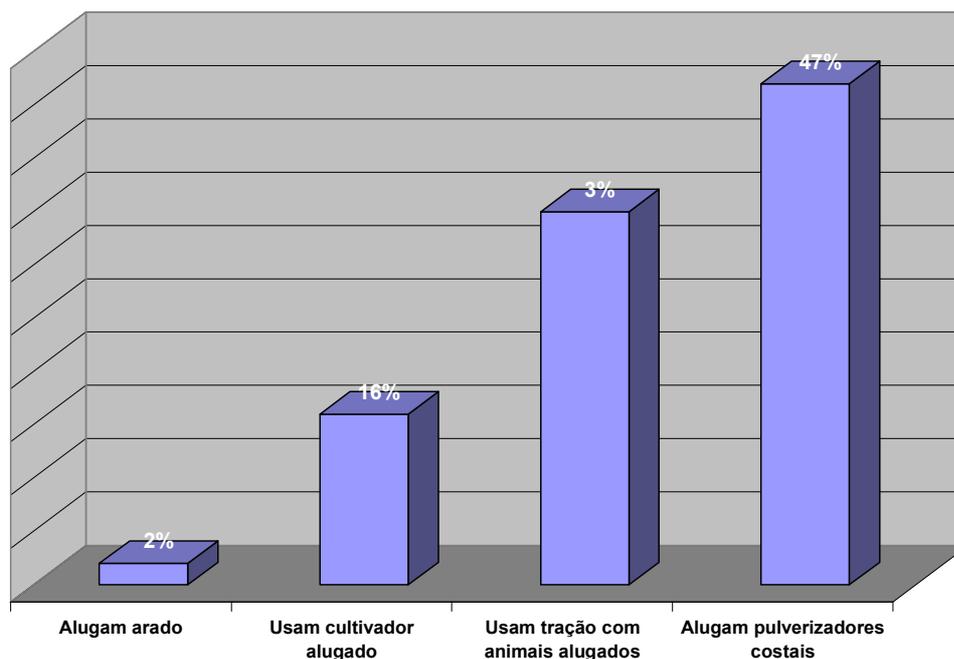


Fonte: Arquivo fotográfico STR/Petrolina

A pesquisa no assentamento revelou que, na criação de pequenos animais, apenas 28% dos assentados compram vacinas ou medicamentos e 16% compram forragem/ração, o que determina a finalidade destes apenas para consumo próprio, dado seu baixo crescimento por falta de alimentação suficiente para ganho de peso.

É uma visão equivocada sobre patrimônio manter na propriedade um número de animais superior à sua capacidade de suporte, ou não escolher forragens melhor adaptadas ao solo e ao clima para que se possa alimentar bem os animais, melhorando assim a qualidade de vida da população através desse incremento sustentado nos níveis da produção agro-silvo-pastoril.

Refletindo o baixo nível de mecanização agrícola, o que, em caso contrário poderia possibilitar o incremento da produção, verifica-se nos dados obtidos que, dos assentados entrevistados, 36% usam tração com animais alugados; 2% alugam arados; 48% alugam pulverizadores costais; 18% usam cultivador alugado, segundo gráfico 12.

Gráfico 12 - Nível de mecanização agrícola.

Fonte: Pesquisa de campo.

Não se pode perder de vista, apesar de suas dificuldades, a importância social e econômica da agricultura familiar, por ser esta geradora de empregos de baixo custo e promotora de estabilidade econômica, principalmente pelo papel primordial que desempenha como fator de interiorização e manutenção do homem no campo. No assentamento, mesmo estando em situação pouco confortável, a qualidade de vida dos agricultores é muito superior à que teriam, caso não tivessem conseguido a gleba para plantar. Isto porque os investimentos e os financiamentos concedidos pelo Estado trouxeram a geração de renda, através da insipiente produção agrícola e estimulou outras atividades não-agrícolas como a instalação de pequenos comércios e a produção de bolos, biscoitos e doces derivados do excedente de frutas. Estes produtos, quando comercializados ampliam os orçamentos dos agricultores. A conquista da casa própria é o bem mais significativo para a vida dos agricultores.

Na visão de Outhwaite *et al.* (2002), o progresso social implica também a satisfação de necessidades básicas, tais como nutrição, saúde, habitação e outras, além

do acesso à educação, liberdades civis e participação política. Se a produção agrícola insipiente dos assentados por si só ainda não assegura a reprodução condigna das suas famílias, pelas razões mencionadas anteriormente, a ação do Estado se mostrou eficaz, antecipando as condições que, sem elas, só se concretizariam num futuro mais distante. Reafirma-se dessa forma a importância da Reforma Agrária como política pública necessária ao desenvolvimento rural sustentável.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Para medir o desenvolvimento dos agricultores do assentamento foram trabalhados os componentes renda, como fator de sua autonomia; educação, como valor indispensável à formação e informação dos agricultores para assimilarem metodologias de processos produtivos criados pela EMBRAPA/CPATSA e como ação de participação do assentado no sindicato e outras entidades de apoio às suas lutas; saúde, como conjunto de ações individuais e públicas para melhorar as condições eugênicas, de higiene e longevidade dos assentados; habitação, como o espaço de convivência familiar e com outros segmentos sociais; tecnologia, como adoção de inovações, gerenciamento e comercialização da produção, mediante o índice agrônômico desenvolvido por pesquisadores do EMBRAPA/CPATSA.

Tomando como referência a visão de desenvolvimento preconizada por Nyerere (2003), de que propostas de desenvolvimento devam ter como requisito a ação criativa dos envolvidos e a satisfação das suas necessidades materiais e espirituais, as conclusões do estudo sobre o tipo de agricultor e sua qualidade de vida, gerados no assentamento em questão, sugerem uma transformação positiva para a realidade dos mesmos. Isto se comparado à sua origem de trabalhador sem-terra, com baixa ou nenhuma escolaridade e nível tecnológico defasado, e ainda com nível de desenvolvimento muito aquém das expectativas para eles pretendidas, dada a peculiaridade dos solos para agricultura irrigada e a existência de equipamento de alta tecnologia para irrigação das culturas recebidas quando da instalação do assentamento.

Mesmo a EMBRAPA/CPATSA dispondo de estoque de tecnologias apropriadas e de baixo custo destinadas à agricultura familiar em sistema irrigado, tais como: agricultura orgânica, produção integrada de frutas, monitoramento da mosca-das-frutas, armazenamento de forragem nativa, barragem subterrânea e outras apenas

18% dos assentados utilizam algumas delas, o que justifica o ainda baixo desempenho no assentamento em termos de produtividade e renda, por adotarem majoritariamente a agricultura convencional. A renda média ali verificada é de 1,05 salários mínimos, chegando alguns agricultores a não apresentarem qualquer renda, vivendo do aluguel de sua mão-de-obra. Os assentados com maiores rendas, por outro lado, obtêm tais lucros com um pequeno comércio e com a fabricação e comercialização de doces, bolos e biscoitos, o que revela suas capacidades empreendedoras decorrentes de seus níveis médios de escolaridade.

Embora 86% dos agricultores tendo acesso a crédito bancário; 82% usando adubos nas plantações; 90%, sementes melhoradas; 86%, inseticidas e/ou fungicidas e 62%, herbicidas, os agricultores do assentamento ainda não conseguiram aperfeiçoar sua produtividade. Tal fato se explica não somente por seu baixo nível de informação tecnológica, em virtude de originariamente serem agricultores sem terra, mas também pela incapacidade de plantar toda a área, em decorrência da pouca mão-de-obra, pelo fato de que 60% dos assentados são solteiros.

Aliado aos fatores já mencionados, ainda vale ressaltar o baixo capital social existente entre os agricultores como fator desagregador. Ao receberem a posse da terra no assentamento, como dito alhures, havia ali três pivôs centrais com capacidade para irrigar 270 ha. Como se verificou entre os assentados que seu uso implicava planejamento coletivo do que plantar, aqueles preferiram vendê-los e continuarem com práticas individualizadas de cultivo da terra, muito embora isto compromettesse resultados mais positivos. O uso de arado alugado está restrito a 27% dos assentados, enquanto que 48% usam pulverizadores costais, os quais são de igual modo alugados. Os dados demonstram que os assentados não possuem consciência ecológica, já que as embalagens de agrotóxicos são deixadas a céu aberto, contaminando o solo e provocando acidentes em quem trafega na área.

Na criação de pequenos animais, apenas 28% dos assentados compram vacinas ou medicamentos, e 16% compram forragem/ração, o que determina a finalidade destes animais apenas para consumo próprio, dado seu baixo crescimento decorrente de alimentação insuficiente. A assistência técnica prestada aos agricultores é insuficiente, compartimentada, casual e sem interação com outros campos de atividade das glebas, a se vincular predominantemente à questão agrícola, como se esta fosse a única dimensão ali trabalhada.

A construção de uma escola de 1º Grau pelo município de Petrolina, em atendimento às principais reivindicações dos assentados, permite melhorar os níveis educacionais, pois a baixa escolaridade assume peso preponderante ao fortalecer a dificuldade de compreender a importância da participação no processo social de desenvolvimento. As mudanças de qualquer natureza derivam da efetiva participação coletiva dos homens no desenvolvimento das lutas sociais.

As dificuldades dos agricultores do Assentamento Senador Mansueto de Lavor, portanto, resultam de inúmeros fatores, sobretudo os externos, os quais não podem ser por eles controlados e ainda da subestimação do conhecimento, o que alternativamente permitir-lhes-ia praticar agricultura mais sustentável. Todavia, para que tenham efetivo sucesso, a educação, tanto a formal como a não formal, que ocorre em situações organizativas da sociedade civil ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade, assume relevância estratégica se consideradas:

1. aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadão para compreensão de seus interesses;
2. capacitação dos assentados para o trabalho;
3. aprendizagem de práticas que os capacitem a se organizar com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos cotidianos.

A aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadão para compreensão de seus interesses é muito eficiente, quando deriva de sua participação nos processos sociais. A participação, segundo Souza (1987), é o próprio processo de criação do homem ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais nos quais ele próprio está situado. A sociedade atual, com sua complexidade, demanda a participação social do homem nas decisões que frequentemente são tomadas no âmbito das instituições e da vida comunitária. A alienação humana, em relação ao processo de participação social, resultará na sua exclusão social, política, econômica e cultural e lhe trará graves conseqüências aos seus interesses individuais, familiares e coletivos.

A consciência dessa alienação é o motor da transformação que resulta na construção de um novo ser e na nova visão de mundo do homem sobre as coisas reais e até espirituais. A conscientização é o processo de elaboração desta visão, na qual se fazem os homens, as coisas e o próprio mundo (Souza, 1987). Segundo essa autora, a consciência social é aquela que o homem tem de si mesmo como ser social, assim como de suas necessidades e frustrações. É processo contínuo de ação em que os atores sociais se associam nas suas afinidades para construir novas alianças que transformem as coisas, suas vidas e o próprio mundo.

Contudo, a capacitação como processo é o modo pelo qual o homem materializa sua conscientização e organização, a fim de se habilitar a solucionar seus problemas domésticos, profissionais, sociais, políticos e culturais. Em síntese, a conscientização, a organização e a capacidade são elementos de um processo dinâmico que forma o de participação social. Para Souza (1987), "*é na participação consciente e sistemática desses processos que a participação social se torna essencial ao [...] desenvolvimento global.*" Vivenciar as experiências de participação com objetivos

comunitários enriquecerá a aprendizagem, mesmo com os erros e, principalmente, com os acertos em um processo histórico dialético e transformador do mundo.

As mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais são resultantes da participação coletiva e até individual do homem no desenrolar das lutas. É nesse processo que são forjadas as lideranças comunitárias. Estas exercem importantes papéis, destacando-se, dentre outros, a luta para retirar da exclusão social os segmentos mais desprotegidos. É o caso da liderança dos agricultores do Assentamento Senador Mansueto de Lavor que acredita na construção de um mundo de "fartura e de esperança".

A conquista da terra e da moradia - como o *locus* do seu papel no mundo - da energia elétrica, escola, posto de saúde, equipamentos agrícolas, assistência técnica e extensão rural, apesar das identificadas deficiências, são sonhos já concretizados. Outras aspirações, tais como água potável e saneamento, crédito agrícola, capacitação profissional, pavimentação do acesso rodoviário ao assentamento são lutas que já estão sendo travadas. Estas ensinam e enriquecem aqueles atores sociais com novos desafios para incluí-los no mundo contemporâneo em constante transformação.

A análise dos dados, portanto, permite constatar que houve melhoria parcial na qualidade de vida dos assentados. Em primeiro lugar, porque melhorou a casa de morada, edificada em alvenaria e com energia elétrica, bem como sua alimentação, pois 78% dos entrevistados, embora de forma desequilibrada do ponto de vista nutricional, fazem três refeições por dia, e ainda em virtude de terem sido construídos um posto de saúde e principalmente a escola de primeiro grau no assentamento. Tais constatações são feitas pelos próprios assentados em seus depoimentos. Em segundo lugar, houve melhora na qualidade de vida porque essa noção de melhoria é afirmada pelos próprios sujeitos nos seus depoimentos. Aliás, eles mesmos definem isto como qualidade de vida, o que também foi observado pelo autor.

Finalmente, verifica-se que outros novos problemas surgiram, tais como viver comunitariamente e a necessidade de se superar o baixo capital social. São demandas que decorrem da nova forma de organização social de vida, o que colocam na ordem do dia a imperiosa urgência de melhorar os níveis de escolaridade para que os assentados possam assumir novas tecnologias, visando aumentar a produtividade e renda, de modo a sobreviverem na nova economia globalizada. Essas novas questões, embora tragam dificuldades que políticas públicas não contemplam as adequadas soluções, representam para os assentados novos desafios, os quais poderão ser superados com a determinação destes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Estudos Rurais AMPOCS. São Paulo/ Rio de Janeiro: Ed. Hucitec, 1992.

ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. 4ª ed. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1980.

BANDEIRA, Pedro. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional *in* Revista Texto para Discussão, nº 630. Brasília, 1999.

BECKER, H. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997) *in* A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Leonid S. de Medeiros, Sérgio Leite (Orgs.). Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. da Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

BIRKNER, W. M. K. Desenvolvimento: Reformas institucionais e capital social. Disponível em <http://www.geodesia.ufsc.br>. Acesso em 29/07/2003.

BRUNO, Regina. Senhores da terra, senhores da guerra. A nova face política das elites agro-industriais no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1997.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1979.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Indicadores sociais e políticas públicas: algumas notas críticas *in* Proposta, nº 77, Junho/Agosto de 1998.

CASTRO, Josué de. Sete palmos de terra e um caixão. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1967.

CHAYANOV, A. V. "Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas" *in* GRAZIANO DA SILVA, José.;STOLCKE, Verena. A questão agrária. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

COLMAN, David; NIXSON, Frederick. Desenvolvimento econômico: uma perspectiva moderna. Tradução de Maria Célia Pinto Guedes, 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1981.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO. CODEVASF. Ação do Governo Federal no Vale do São Francisco. Brasília. 1985, 1v.

COSTA, F. de Assis. Racionalidade camponesa e sustentabilidade. Papers do NAEA n. 29, Belém, 1994.

CROCKER, David. Qualidade de vida e desenvolvimento: O enfoque normativo de Sen e Nussbaum *in* LUA NOVA Revista de Cultura e Política, nº 31. 1993.

FERREIRA, Eudson de Castro; FERNANDEZ, Antonio João Castrilon; SILVA, Evande Prachedes. A reconstrução dos assentamentos rurais em Mato Grosso *in* A formação dos assentamentos rurais no Brasil. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. da Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1963.

FURTADO, Eliane e FURTADO, Ribamar. *in* Repercussão da reforma agrária no desenvolvimento local no Nordeste: a capacitação como uma estratégia imprescindível. Revista NEAD do Ministério do Desenvolvimento Agrário, 1998.

GAMBOA, S.S. & SANTOS FILHO, J.C. (orgs). Pesquisa Educacional: Quantidade-Qualidade. São Paulo: Ed. Cortês, 1995.

GIOVENARDI, Eugênio e LUNA, Lígia. Modelo de gerência com indicadores. 1ª ed. Brasília: INCRA/PNUD, 1997.

GIULIANI, Gian Mario. "Sociologia e ecologia: um diálogo reconstruído", *in* Dados – Revista de Ciências Sociais, vol. 41, nº 01. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. O Novo rural brasileiro. 2ª ed. Campinas: IE/UNICAMP, 1999.

KAGEYAMA, Angela; REHDER, Paulo. O Bem estar rural no Brasil na década de oitenta *in* Revista de Economia e Sociologia Rural, v.31, nº 1. Brasília, jan/mar, 1993.

KRAUSE MENDELSON, Marie, MAHAN, L. Kathleen e ESCOTT-STUP, Sylvia. Alimentos, nutrição e dietoterapia: Um livro texto do cuidado nutricional. (Trad. Alícia Regina de Almeida *et al.*)10ª ed. São Paulo: Ed. Roca, 2002.

LACKI, Polan. Como enfrentar a crise da agricultura: lamentando os problemas insolúveis ou resolvendo os problemas solucionáveis? Papers da FAO. Roma, 2000.

LEIS, Héctor Ricardo, D'AMATO, José Luiz. O ambientalismo como movimento vital: Análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial *in* Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável. 3ª ed. Belo Horizonte: Ed. Cortez, 2001.

LIMA, Rafael Augusto de Mendonça. Direito agrário, estudos. Rio de Janeiro. Ed. Freitas, Bastos, 1977.

LIPTON, Michael. Assessing Economic Performance. Staples, 1968.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. Um olhar sobre os assentamentos rurais do estado de Sergipe, *in* A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil. Leonide Servolo de Medeiros e Sérgio Leite Orgs. Porto Alegre: Ed. da UFRS, 1999.

MARTINS, J. de Souza. O Futuro da sociologia rural e sua contribuição para qualidade de vida rural *in* Revista Estudos Avançados (USP), nº 43, set.-dez./2001. São Paulo.

_____. A Vivência da reforma agrária nos assentamentos. *in* Travessias. 2003

_____. Modernização agrária e industrialização no Brasil. *in* Martins, José de Souza. Capitalismo e tradicionalismo. São Paulo: Ed. Pioneira, 1975.

_____. Os Camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.

MARTINS, Jorge dos Santos. Guia para elaboração de projetos de pesquisa. 1ª Ed. Salvador: Editora UNEB, 1998.

MASLOW, Abraham H. Motivation and personality. New York: Harper & Hall, 1954.

NEVES, Delma Pessanha. Reforma agrária em Migalhas. Niterói: Ed. UFF, 1997.

NICACIO, José Angelo; LOCH, Carlos. Elementos necessários para o planejamento da sustentabilidade dos municípios de médio e pequeno porte. Disponível em <http://www.wln.com.br>. Acesso em 05/06/2003.

NYERERE, J.K. Desenvolvimento socialista sustentável *in* Conceitos para se fazer educação ambiental. São Paulo. Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo, 2000. Disponível em <http://www.wln.com.br>. Acesso em 05/06/2003.

OKUM, B; RICHARDSON, R. W. Studies in economic development. Londres: Holt Rinehart and Winston, 1965.

OLIVEIRA, Lúcia Marisy S.R. de. Dois anos em um: a realidade do cotidiano feminino. Salvador: Ed. SETRAS, 1998.

OUTHWAITE *et al.* Educação e sustentabilidade. *in* Educação contemporânea. Revista da FACEBA. vol. 11, nº 18, jul/dez 2002. Salvador, 2002.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. 7ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1963.

_____. Evolução política do Brasil: colônia e império. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SAMPAIO, P.A. (Coord), Proposta de plano nacional de reforma agrária, Brasília, 2003.

SANTOS, Júlio José Torres dos. O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra. Fator de realização da reforma agrária. Dissertação apresentada à UNEB para obtenção do título de especialista em Direito Privado. Juazeiro, BA, 2000.

SANTOS, M. Por uma geografia nova. Ed. Huatec, São Paulo, 1978.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Memória de caminhantes em busca da terra *in* Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas: Ed Araraquara, 2003.

SOUZA, Maria Luiza de. Desenvolvimento da comunidade e participação. São Paulo, Ed. Cortez, 1987.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. A construção de um outro olhar sociológico sobre o campo. *in* Natureza, História e Cultura: repensando o social. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 1993.

TEPICHT, Jerzy. Marxisme et agriculture: le paysan polonais. Paris. Librairie Armand Colin, 1973.

UNESCO. *La Educacion Superior Y el Desarrollo Sostenible*. UNESCO. Paris: 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. *in* FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio. (Orgs). Para pensar: outra agricultura. Curitiba, UFPR, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. "Morar e Trabalhar": O ideal camponês dos assentados de Pitanga. *in* Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. (Org.) José de Souza Martins. Porto Alegre. Ed. da UFRGS, 2003.

WEID, J. M. von der. Experiências das organizações não governamentais em comunicação na transferência de tecnologias alternativas. *in* Revista Contexto e Educação, nº 9, UNIJUÍ, 1988.

WOLFENSOHN, James D. Declaração ao Jornal Libération, Paris, 10/07/2000.

II – RELAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO COM O MERCADO E MEIO-AMBIENTE

Quadro 2: Utilização de Mão-de-obra (Quantidade de pessoas / categoria)

Categoria	Descrição	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Familiar	Responsável												
	Cônjuge												
	Filhos												
	Filhas												
Trab. Assal. Permanente	Homens												
	Mulheres												
Trab. Assal. Temporários	Homens												
	Mulheres												
	Total												

Faz parte de Associação? Sim Não Se sim, qual?

Faz parte de Cooperativa? Sim Não Se sim, qual?

Trabalha vinculado à agroindústria? Sim Não Se sim, qual?

Financiamento das atividades produtivas: recebe algum tipo de crédito?

Crédito bancário Sim Não Se sim, qual?

Crédito cooperativo Sim Não Se sim, qual?

Crédito atravessador Sim Não

Outras fontes de crédito Sim Não Especificar

Recebe assistência técnica Sim Não Se sim, de quem?

A assistência técnica é satisfatória? Sim Não

Para que atividade: Atividade agrícola Atividade pecuária

Compra Insumos?

1. Adubos Sim Não Onde compra?

2. Sementes Sim Não Onde compra?

3. Inseticidas / Fungicidas Sim Não Onde compra?

4. Herbicidas Sim Não Onde compra?

5. Vacinas, medicamentos Sim Não Onde compra?

6. Forragens, ração, farelo Sim Não Onde compra?

Outros (especificar) Onde compra?

Código para local de compra

1. Mercado local	2. Mercado outra cidade	3. Distribuidor	4. Fabricante
5. Cooperativa	6. Governo	7. Outro proprietário	Outros locais

Destino da produção:

Onde comercializa sua produção agrícola?

Onde comercializa sua produção pecuária?

Código para destino da produção

1. Mercado local	2. CEAPE	3. Mercado do Produtor	4. Atravessador
5. Cooperativa	6. Indústria	7. Supermercado	Outros locais

III – CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE E DA HABITAÇÃO

Área total da propriedade (em ha) Área irrigável da propriedade (em ha)

Número do cadastro no INCRA

Condições da Habitação

Área total da habitação (em m²)

Número de cômodos Tem sanitários? Sim Não

Condições sanitárias Possui fossa séptica? Sim Não

Destino do lixo

Quadro 3: Estrutura e equipamentos existentes (quantidade)

Descrição	Particular	Comunitário	Descrição	Particular	Comunitário
1. Armazéns / Silos			6. Forrageira		
2. Trator			7. Arado		
3. Cultivador			8. Aspersores		
4. Batedeira			9. Pulverizadores		
5. Motobombas			10. Cemitério p/ emb.agrot		
6. Animais de tração			12. Telefone		
7. Água encanada			14. Energia elétrica		

Quadro 4: Produtos agrícolas explorados (com irrigação / sequeiro)

Cultura	Produtividade (em 1.000 kg)	Valor em R\$ (por 1.000 kg)
1. Acerola		
2. Algodão		
3. Banana		
4. Batata-doce		
5. Beterraba		
6. Capim		
7. Cebola		
8. Cenoura		
9. Coco		
10. Feijão		
11. Goiaba		
12. Limão		
13. Mandioca		
14. Manga		
15. Melancia		
16. Melão		
17. Milho		
18. Palma		
19. Sorgo		
20. Tomate		
21. Uva		
TOTAL		

III – CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE E DA HABITAÇÃO (CONTINUAÇÃO)

Quadro 5: Pecuária: Inventário do Rebanho

Animais	Quantidade existente	Produção anual (volume)	Quantidade vendida	Valor em R\$ (unidade)
1. Touro				
2. Cavalo				
3. Bovino de corte				
4. Caprino				
5. Ovino				
6. Suíno				
7. Aves				
8. Abelha				
9.				
10.				
11.				
12.				

Quadro 6: Produção animal ou beneficiada

Discriminação	Quantidade	Produção anual (volume)	Unidade de Medida	Valor em R\$ (unidade)
1. Carne bovina				
2. Carne caprina				
3. Carne ovina				
4. Carne suína				
5. Leite bovino				
6. Leite caprino				
7. Aves abatidas				
8. Queijo				
9. Manteiga				
10.				
11.				
12.				

Membros assalariados da família	Qtde	Valor da Renda em Salário-Mínimo	Origem do Salário		Observação
			Propriedade	Outra	
Responsável					
Cônjuge					
Filho / Filha					
Genro / Nora					
Irmão / Irmã					
Cunhado / Cunhada					
Agregado					
Total					

Na entressafra, aluga a sua mão-de-obra?

Sim Não

IV – TECNOLOGIAS AGROPECUÁRIAS

Tecnologias agropecuárias:Adota tecnologias agropecuárias no seu lote? Sim Não

Em caso de resposta positiva, quais?

Agricultura orgânica Produção integrada de frutas (manga, uva, coco) Monitoramento da mosca da fruta Monitoramento da traça do tomateiro Armazenamento de forragem nativa e melhorada, ou fenação, ou silagem, ou amoniação Cabrito orgânico Barragem subterrânea Outras (especificar): Conhece o trabalho da EMBRAPA Sim Não Se positiva, qual sua relação com a empresa?

V – SITUAÇÃO DA SAÚDE

Refeições:

Número de refeições diárias

01

02

03

mais de 04

Conteúdo das refeições:

1. Café-da-manhã

Café Leite Pão Cuscuz Ovo Macaxeira Batata-doce Frutas

Outros (especificar)

2. Almoço

Feijão Farinha Arroz Macarrão Carne Verduras Legumes Frutas

Outros (especificar)

3. Jantar

Café Pão Carne Feijão Cuscuz Ovo Leite Arroz Macarrão Sopa

Outros (especificar)

4. Lanche / Merenda

Frutas Bolo Biscoito Sanduíche Sucos Refrigerantes Doce Queijo

Outros (especificar)

Médicos / Hospitais

Com qual frequência vai ao médico?

Quando está doente 01 vez ao ano 02 vezes ao ano Mais de 02 vezes ao ano

Outros (especificar)

Possui alguma doença grave?

Sim Não

Se resposta positiva, qual?

Costuma comprar remédios passados pelo médico?

Sim Não

VI – PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS

1. PRODUÇÃO

- 1.1. Ausência de assistência técnica
- 1.2. Qualidade da assistência técnica
- 1.3. Qualidade do produto
- 1.4. Ausência de beneficiamento à produção
- 1.5. Seca e praga
- 1.6. Terra imprópria ou inadequada
- 1.7. Outros

2. COMERCIALIZAÇÃO

- 2.1. Baixa capacidade de comercialização do produto
- 2.2. Incapacidade da Associação em vender o produto
- 2.3. Muita concorrência
- 2.4. Ausência de infra-estrutura adequada
- 2.5. Outros

3. EMPREENHIMENTO AGRÍCOLA

- 3.1. Desorganização
- 3.2. Falta de pessoal
- 3.3. Falta de tempo
- 3.4. Não qualificação
- 3.5. Gestão da Associação
- 3.6. Outros

4. ASPECTOS FINANCEIROS

- 4.1. Indisponibilidade de crédito
- 4.2. Apresentar terra como garantia
- 4.3. Apresentar documentação
- 4.4. Estar inadimplente
- 4.5. Juros altos
- 4.6. Prazos curtos para amortização da dívida / financiamento
- 4.7. Outros

5. MÃO-DE-OBRA

- 5.1. Não disponível
- 5.2. Não qualificada
- 5.3. Alto custo
- 5.4. Outros

6. DEMANDAS

6.1. Capacitação Profissional: Indicar áreas de cursos / treinamentos desejados para membros da família por ordem de prioridade:

- 1) 2)
- 3) 4)

Entrevistador:

Data da entrevista:

Tempo gasto:

VII – PROCESSOS DECISÓRIOS**Engajamento na luta pela terra:**

1 Qual(is) o(s) motivo(s) que o levou(aram) a se engajar na luta pela conquista da terra?

2 O que o levou a romper com o Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST?

3 Qual(is) o(s) motivo(s) que o levou(aram) a invadir a área de sementes básicas da EMBRAPA que resultou no Assentamento?

4 Qual(is) o(s) motivo(s) que o levou(aram) a concordar com a venda dos pivôs centrais de irrigação existentes na área desapropriada?

5 Por que optou por sistema individual de irrigação agrícola através de motobombas?

6 Por que escolheu a forma do lote mais alongada (mais comprimento) do que com largura?

ANEXO B - QUESTIONÁRIO DOS TÉCNICOS DA PESQUISA, EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO

Nome: _____

Instituição: _____

Cargo: _____

1 – Esta instituição presta algum serviço ao assentamento? _____

2 – Se positiva a resposta, qual? _____

3 – Conhece a realidade dos agricultores do assentamento Mansueto de Lavor? _____

4 – Se positiva, qual a sua avaliação sobre o seu desempenho? _____

5 – Qual a sua sugestão para melhorar a situação do assentamento e dos assentados?
